JORNAL DA Unicamp

Campinas, maio de 1989 Ano III — n.º 31

O balanço de 88, segundo o reitor

O reitor Paulo Renato contabiliza os avanços no plano institucional, na pesquisa, no ensino e nas obras civis. **Página 9.**

Deus salve a Belíndia

Um pouco de Bélgica, outro tanto de Índia. É o Brasil dos anos 80 que continua a conjugar alta industrialização com miséria urbana, automatização no campo com êxodo rural. Ao longo do último segmento do Seminário "Brasil Século XXI", realizado na Unicamp no início de abril, não poucos especialistas expressaram o receio de que a Belíndia ultrapasse a virada do século tal como está ou até pior. Mas ao menos uma velha e pessimista previsão foi desmoralizada: o risco de superpopulação está cada vez mais distante. Páginas 3 a 8.

Unicamp busca aperfeiçoar graduação

A partir de um diagnóstico feito pela Pró-Reitoria de Graduação, professores de todas as unidades debaterão, entre 30 de maio e 1.º de junho, os problemas dos cursos de graduação da Unicamp. As discussões servirão para a instalação de um programa de avaliação e de melhoria das condições técnicas dos cursos. **Página 10.**

Pobreza, o argumento da Igreja

Pesquisa desenvolvida na Unicamp pela professora Eni Orlandi, da área de Análise do Discurso, mostra que a Igreja usa a pobreza como principal argumento de sua retórica. Para Dom Pedro Casaldáliga, bispo de São Félix do Araguaia e representante da chamada Igreja Progressista brasileira, a Teologia da Libertação quer uma ruptura com a ocidentalização do evangelho. Ele veio a Campinas a convite dos alunos da Universidade. **Página 12.**

Enormes desafios, vastas possibilidades

Vilmar Faria

Na primeira semana de abril realizou-se na Unicamp a última etapa do seminário "Brasil Século XXI". Naquela oportunidade, teve lugar uma ampla discussão sobre os problemas políticos e sociais do país: quase três dezenas dos mais renomados cientistas sociais brasileiros estiveram debatendo, entre si e com um auditório igualmente qualificado, os rumos do país no futuro próximo. Pela diversidade, complexidade e amplitude dos temas tratados, é difícil resumir o que ali se discutiu. É possível, entretanto, destacar os aspectos mais importantes.

Primeiramente, é de se notar que embora a natureza do tema proposto pudesse dar margem à especulação desinformada ou ao proselitismo ideológico, isso não aconteceu. A elevada qualidade acadêmica dos trabalhos apresentados e dos debates que se seguiram não o permitiram. Os participantes procuraram ancorar suas análises no conhecimento científico já adquirido sobre os processos políticos e sociais, tendo sempre a honestidade de destacar os muitos pontos sobre os quais pouco ou nada sabemos. Disso resultaram debates de alto nível, reveladores do grau de amadurecimento profissional alcançado pelas ciências sociais no Brasil.

Em segundo lugar, um ponto comum caracterizou o diagnóstico sobre os vários temas tratados: por um lado, a complexidade e a profundidade da crise que o país atravessa e a preocupação daí resultante, por outro, as grandes potencialidades também existentes para a construção de uma sociedade moderna, mais desenvolvida, mais justa e mais democrática e as fundadas esperanças que disso decorrem. Assim, muito resumidamente:

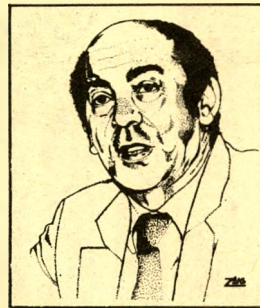
a) as tendências demográficas mostram que a pressão demográfica global deve diminuir de forma significativa pelo importante declínio nas taxas de crescimento da população. Mas, ao mesmo tempo, a pressão populacional sobre as áreas urbanas e sobre o mercado de trabalho se manterá ainda elevada por alguns anos e as mudanças na estrutura etária da população introduzirão novas e importantes questões (por exemplo, o envelhecimento da população e desproporções nas razões de masculinidade nas cortes de idade mais velhas);

b) nos próximos anos, a estrutura social brasileira refletirá os resultados contraditórios da nova revolução tecnológica sobre os processos de trabalho. Por um lado, economia do fator trabalho e a conseqüente possibilidade de encurtamento da jornada; diversificação e "terciarização" da estrutura ocupacional; diminuição do peso absoluto e relativo da classe operária industrial de tipo clássico. Por outro, e pelo menos por algum tempo, persistência das dificuldades de absorção produtivamente adequada de importantes segmentos da população economicamente ativa;

c) impulsionada pelos novos avanços tecnológicos na bioquímica, na engenharia genética e, sobretudo, na informática, e pelas possibilidades de integração dinâmica na divisão internacional do trabalho, a agricultura, ou melhor, o complexo agroindustrial brasileiro deverá seguir desenvolvendo-se e transformando-se de modo significativo. Ao mesmo tempo, contudo, poderão agravar-se as condições de emprego e de sobrevivência dos pequenos proprietários e trabalhadores rurais sem terra excluídos dessa dinâmica;

d) na organização espacial do território brasileiro se intensificarão os processos de diluição das diferenças entre campo e cidade e novos espaços urbanos surgirão. Numa economia internacionalizada e espacialmente dinâmica, aumentarão, contudo, a heteronomia e volatilidade desses espaços. Nossa infra-estrutura de serviços, de transportes e de comunicações seguirá sob intensa pressão, decorrente dos pontos de estrangulamento já existentes e de novos que deverão surgir;

e) uma distribuição de renda extremamente desigual e um estarrecedor acúmulo de desigualdade e miséria constituem, entretanto, o desafio maior para a sociedade brasileira a curto e médio prazos, agravado pelo fato de que as instituições de política social existentes no país são insuficientes, custosas, ineficientes e discriminatórias. Além disso, novas demandas de proteção social surgirão (como no caso da população idosa), sem que tenham sido adequadamente atendidas as demandas já existentes (como a oferta de educação básica de boa qualidade e gratuita para todos). Sem mudanças de vulto na distribuição da renda será difícil e ilusório pensar que as enormes desigualdades sociais possam ser minimizadas através de programas de política social.

Nesse quadro de enormes desafios mas também de grandes possibilidades os processos políticos adquirem importância estratégica e os participantes também foram unânimes nesse ponto: o futuro do país depende, numa escala sem precedentes, da qualidade, representatividade e eficácia de suas instituições políticas.

Vilmar Faria é professor do Departamento de Ciências Sociais da Unicamp.

Neste plano existem razões para apreensão e pessimismo: os partidos políticos seguem, com uma ou outra exceção, fracos; as relações Executivo-Legislativo continuam problemáticas; a institucionalização do papel das Forças Armadas ainda não se completou; persistem graves problemas de clientelismo, nepotismo e corrupção no trato da coisa pública. Mas há, também, motivos para esperança: multiplicou-se a capacidade organizativa da sociedade, fortaleceram-se os sindicatos de trabalhadores, de empresários e de profissionais, os processos de escolha democrática das lideranças políticas se intensificam e se reiteram.

A grande incógnita parece ser até que ponto os vários atores, as diversas organizações e as instituições políticas brasileiras serão capazes de responder a esses desafios. Mas isso não é um problema para o século XXI. É um problema de hoje. Ou de ontem.

Desmatamento: o fictício e o factível

Luiz Antonio Daniel

Ficção e realidade precisam ser consideradas na análise das causas e dos efeitos provocados no meio ambiente pelo desmatamento, definido como o complexo sistema de uso, manejo e conservação dos recursos naturais vegetação/solo/água/atmosfera, elementos estes participativos de um ecossistema muito dinâmico, porém em perfeito equilíbrio quando ainda livre da interferência antrópica.

No que diz respeito aos aspectos fictícios do problema, temos que dar a devida atenção aos alertas eminentemente filosóficos, tomando-se extremo cuidado para diferenciá-los dos discursos de filosofismo e de politiquice. Quanto ao factível, temos por obrigação técnica e científica avaliar com esmero os aspectos da realidade de desenvolvimento e necessidade de produção de alimentos para a humanidade, que devem ser encarados de frente, com muito realismo, pois um retrocesso nesse quadro é impossível.

O Brasil é potencialmente o maior produtor agrícola da Terra, por suas condições climatológicas, extensão territorial e tradição cultural. A nação registra em seus anais agropecuários dados relevantes que permitem uma visão realista sobre uso, manejo e conservação de seus recursos naturais agrícolas, suficientes para impedir que em pleno final do século XX e com elevado nível de desenvolvimento tecnológico do setor, nossos anseios na resolução de problemas reais e de vital importância para a sociedade sejam desvirtuados por especulações politiqueiras nacionais e internacionais.

Para não fazer uso de comparações excessivamente críticas, o que as tornaria um tanto "poéticas", citaremos alguns dados (arredondados) da expansão agrícola brasileira entre os anos 50 e a atualidade.

Em 1950, marco da industrialização brasileira, nossa população total era de aproximadamente 51 milhões de habitantes, sendo 33 milhões na zona rural e 14 milhões na urbana. Nessa época tínhamos em cartório 2.064.642 estabelecimentos agrícolas, os quais totalizavam cerca de 232,2 milhões de hectares, sendo que apenas 19,1 milhões de hectares eram cultivados. Para essa área com culturas permanentes (café, citrus etc.) e culturas temporárias (milho, feijão, cana etc.) possuíamos 8.372 tratores, o que nos dá uma relação de 2.280 hectares de lavouras por trator.

Em 1990 seremos 150 milhões de habitantes, e teremos aproximadamente 115 milhões de cidadãos urbanos e 35 milhões de campesinos. Serão aproximadamente 6 milhões de propriedades agrícolas, que totalizarão cerca de 380 milhões de hectares, onde 60 milhões estarão com lavouras permanentes e anuais, e uma frota de 750 mil tratores, dando-nos assim uma relação de 80 hectares cultivados para cada trator.

Ao analisarmos tais dados, verificamos friamente a seguinte realidade: em 40 anos triplicamos a população brasileira, mantivemos praticamente a mesma população rural, aumentamos em mais de oito vezes a população urbana, e o número de propriedades agrícolas e a área cultivada triplicaram. No ano agrícola 86/87, apesar dos problemas provocados pelo Plano Cruzado, conseguimos uma safra de 64,9 milhões de toneladas de grãos, o que significa uma taxa real de variação anual do PIB aumentada em 14% na agropecuária, ao passo que a indústria aumentou apenas 0,2% e a área de prestação de serviços 2,8%.

Tais fatos demonstram que o setor agrícola brasileiro expandiu, está em expansão e deverá continuar expandindo. Logo, passar de 2.280 hectares/trator para 80 hectares/trator significa que estamos aumentando nosso potencial de mecanização da agricultura, e, conseqüentemente, estamos fazendo uma utilização intensa dos recursos agrícolas.

É com essa intensidade de utilização dos recursos naturais que deveremos nos preocupar antes de emitir uma opinião racional e realista sobre problemas dessa natureza, não nos deixando influenciar por contrastes fabulosos e contraditórios.

Não importa se o desmatamento da área amazônica é igual, maior ou menor que o Estado de Alagoas (ou será de Sergipe ou ainda do Estado de São Paulo?). Afinal, enquanto se discute qual será a provável área desmatada na Amazônia, continua o desmatamento em Goiás, nos dois estados de Mato Grosso e em Minas Gerais, onde restam apenas 7% de área florestada. Isso ocorre no estado mineiro pela ausência de qualidades técnicas e econômicas na extração do carvão, empregado pelas siderúrgicas estatais e privadas para a produção de derivados de ferro, exportados principalmente para os EUA e Japão — posteriormente importados pelo país com selos "Made in United States of America" ou "Made in Japan".

Hoje, as siderúrgicas mineiras compram madeira na forma de carvão em Goiás e Mato Grosso, distantes 1.500 km, e não se preocupam com a recuperação das florestas naturais dizimadas ou com a implantação de programas de reflorestamento de áreas desmatadas para a produção de carvão. É bom lembrar que um simples programa qüinqüenal de revegetação poderia racionalmente abastecer as caldeiras das siderúrgicas, com áreas rotativas de corte às cercanias das plantas industriais.

Enquanto se discute a importância da Amazônia como "pulmão do mundo" — o que não é absolutamente verdade, pois o tipo e idade dessa nossa floresta exige em consumo de oxigênio para produção de CO2 no processo fotossintético igual quantidade e quantidade produzida pelas suas espécies vegetais —, desmatou-se em Minas Gerais, somente no ano de 1986, uma área equivalente aos estados da Paraíba e Sergipe, juntos.

As preocupações com o desmatamento também devem estar voltadas para os efeitos negativos que já estão se verificando nos estados do R.G. do Sul, São Paulo, Paraná e Rio, entre outros, e não estrategicamente apenas para a Amazônia, através de campanhas preservacionistas lideradas pela Holanda, Inglaterra, Estados Unidos ou França.

Essa causa mundial é importante, porém é necessário que cuidemos hoje, em regime urgentíssimo, dos apenas 5% que restam da Mata Atlântica ou do 1/3 de adubos e fertilizantes (metade importado) usado na agricultura, mas que perdemos através de processos erosivos do solo. Isso significa jogar nos rios e reservatórios de água aproximadamente 1,3 milhões de toneladas anuais de NPK, quantidade necessária para fertilizar 4,3 milhões de hectares de terra, que em São Paulo equivale praticamente à principal área cultivada do Estado.

Luiz Antonio Daniel é engenheiro agrônomo e professor da Feagri.

Questão mais eminente para o Brasil do que o "efeito estufa" é solucionar os problemas sócio-econômicos da população agrícola ativa, onde espaços vagos pelas ausências de treinamento especializado de mão-de-obra, assistência técnica e de extensão rural, são ocupados pela incitação ao desequilíbrio e desagregação da comunidade.

Através de experiências práticas vivenciadas e uma visão científica comprovada dos efeitos gerados pelos desmatamentos desde o descobrimento do Brasil, a comunidade técnico-científica deve reforçar suas ações para a solução dos reais problemas do uso, manejo e conservação dos nossos recursos naturais, pois tem competência para tal. As colaborações externas são bem-vindas, porém as ações devem partir e serem geridas internamente pelos mais interessados: os brasileiros.

Esclarecimento

Ao contrário do que saiu divulgado na tabela do **Jornal da Unicamp** n.° 30, edição de abril, sobre as avaliações da Capes para o curso de pós-graduação em Engenharia de Alimentos (FEA), o novo conceito para o nível de doutorado é "A" e não "B". Os cursos de Engenharia Agrícola da Feagri (áreas de Maquinaria Agrícola e de Pré-Processamento de Produtos Agrícolas, a nível de mestrado, também obtiveram em nova avaliação da Capes conceito "A". Os conceitos "B" divulgados pelo JU foram baseados no relatório geral da Pró-Reitoria de Pós-Graduação que, até aquele momento, não havia ainda recebido os novos conceitos da Capes para esses cursos. Os demais permanecem com os mesmos conceitos divulgados.

Jornal da Unicamp

Reitor — Paulo Renato Costa Souza
Coordenador Geral da Universidade — Carlos Vogt
Pró-reitor de Graduação — Antônio Mário Sette
Pró-reitor de Pós-Graduação — Bernardo Beiguelman
Pró-reitor de Pesquisa — Hélio Waldman
Pró-reitor de Extensão — José Carlos Valladão de Mattos
Pró-reitor de Desenvolvimento — Ubiratan D'Ambrósio

Este jornal é elaborado pela Assessoria de Imprensa da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Correspondência e sugestões: Cidade Universitária "Zeferino Vaz", CEP 13081, Campinas, SP. Telefones: (0192) 39-3134/39-3148. Telex (019) 1150.

Editor: Eustáquio Gomes (Mtb 10.734)
Redatores: Amarildo Carnicel (Mtb 15.519), Antônio Roberto Fava (Mtb 11.713), Graça Caldas (Mtb 12.918), Paulo César do Nascimento (Mtb 14.812) Roberto Costa (Mtb 13.751) e Célia Piglione (Mtb 13.837).
Fotografia: Antoninho Perri (Mtb 828)
Ilustração: Oséas de Magalhães
Diagramação: Amarildo Carnicel e Roberto Costa
Paste Up e Arte Final: Oséas de Magalhães e Clara Eli Salinas
Serviços Técnicos: Sônia Regina T.T. Pais e Clara Eli Salinas

FOTOLITOS E IMPRESSÃO
IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO S.A. IMESP
Rua da Mooca, 1921 — Fone: 291 3344
Vendas, ramais: 257 e 325
Telex: 011 34557 — DOSP
Caixa Postal: 8231 — São Paulo
C.G.C. (M.F.) N.° 48.066.047/0001-84
GOVERNO DE SÃO PAULO

Plínio Sampaio: "Cenário parecido com o dos anos 30".

Werneck: "A conjuntura atual exige um poder moderador".

Fernando Henrique: "Faltam atores para a grande transformação".

Jaguaribe: "Apesar de tudo, na cúpula da viabilidade mundial".

Para além da crise institucional

Às vésperas da virada do século, a Universidade Estadual de Campinas programou um conjunto de seminários interdisciplinares que abrangem as mais diferentes áreas do conhecimento humano, para uma reflexão conjunta do atual panorama brasileiro e mundial, e de suas perspectivas para o século 21. O seminário "Brasil Século XXI", foi realizado de julho de 1988 a abril de 1989, e pela dimensão das análises terminou ganhando o prêmio APCA (Associação Paulista de Críticos de Artes) como a melhor realização cultural do ano passado.

O reitor Paulo Renato Costa Souza presidiu a sessão de encerramento do ciclo de seminários, no dia 7 de abril, quando se discutiu o tema "Sociedade e política no Brasil do futuro". O painel que lotou o auditório do Centro de Convenções da Unicamp reuniu estrelas de primeira grandeza como a ministra do Trabalho Dorothea Werneck, o sociólogo e senador Fernando Henrique Cardoso (PSDB), o sociólogo Hélio Jaguaribe (PSDB), o economista Celso Furtado (PMDB) e o advogado e deputado federal Plínio de Arruda Sampaio (PT). Representando diferentes correntes políticas, os painelistas foram unânimes em constatar a gravidade do momento que o Brasil atravessa e apontaram a necessidade de unir as diferentes tendências para uma ação conjunta visando a superar a atual crise social, econômica, política e cultural.

Após discorrer sobre "a suprema gravidade" do momento que o Brasil está vivendo, o sociólogo Hélio Jaguaribe, autor de não poucos programas alternativos para o combate da crise social do país — um deles sob encomenda do próprio presidente José Sarney, mas que não chegou a ser colocado em prática —, diz não acreditar que "um país como o Brasil seja condenado a mergulhar num túnel negro de longa duração".

Essa perspectiva porém não pode ser descartada, adverte o sociólogo. Tudo dependerá, na sua opinião, da opção que for tomada nos próximos anos, cuja repercussão será histórica. A crise brasileira, de acordo com Jaguaribe, se configura como de grande complexidade, uma vez que abrange variantes de natureza tanto conjuntural quanto estrutural e organizacional.

"O que me parece extremamente sério é que estamos vivendo um momento de total imprecisão do futuro nacional. Essa imprevisibilidade faz com que o Brasil esteja com suas alternativas totalmente sem rumo. É fato que estamos na cúpula da viabilidade mundial, mas sob um peso esmagador: a inflação crescente e uma crise social sem precedentes", afirma.

A grande preocupação do professor Jaguaribe reside, no entanto, nas conseqüências de uma provável hiperinflação. Segundo ele, se o atual governo e o próximo não conseguirem manter a inflação a níveis suportáveis, as instituições correm perigo, "porque será muito difícil assegurar a democracia, inclusive com a possibilidade do povo clamar pelo retorno dos militares ao poder".

A crise de governabilidade que o país atravessa há praticamente uma década é um dos fatores que o sociólogo atribui ao caos institucional latente. Ele chama a atenção para o fato de que o dualismo social existente no Brasil — de uma sociedade industrial e outra primitiva — não podem mais coexistir. "Ou incorporamos essas duas sociedades ou o Brasil real não pode mais ser administrado. Se não fizermos isso, se não mudarmos o perfil social do Brasil, ele será inadministrável, qualquer que seja o próximo governo", observa.

A degradação do sistema público, com um Estado "insolvente, incompetente e corrupto" foi também analisado por Jaguaribe, que chamou a atenção para o fato de o Brasil estar perdendo a corrida da modernização, uma vez que investe pouco em ciência e tecnologia. Num discurso apocalíptico, Jaguaribe preconiza um futuro caótico para o país nessa virada do século, porém mesmo sob sua perspectiva pessimista manifesta esperanças de que o próximo governo possa reverter esse quadro, desde que assuma o controle da atual situação para modificá-la. Fazer isso, segundo ele, exige um gigantesco trabalho de engenharia social", tarefa que considera inadiável para que o país não mergulhe definitivamente no caos. O momento, ressalta, não oferece muitas alternativas: é a reforma ou o caos.

Democracia adolescente

A ministra do Trabalho Dorothea Werneck concorda com Jaguaribe: "o momento é crucial". Como integrante do atual governo, Werneck vem participando, embora sem êxito, das tentativas de compatibilizar os interesses do capital e do trabalho, ao tentar administrar os inevitáveis conflitos que estão presentes nessas relações. Ambos também concordam quanto à imprevisibilidade do futuro brasileiro. Ao fazer uma avaliação como alguém que "está no meio do processo", Dorothea diz que uma análise mais acurada da atual situação "exige a correta interpretação do momento presente, sem o que não é possível discutir a conjuntura".

O mês de abril foi considerado decisivo pela ministra, já que nele estavam sendo consolidados os caminhos do Plano Verão com repercussões políticas, econômicas e sociais. Como mediadora entre empresários e trabalhadores, apontou a radicalização das duas partes para o enfrentamento da crise social, "onde o emocional se sobrepõe ao racional e a tensão à ponderação, fazendo com que as duas partes não consigam mais conversar".

O momento, de acordo com ela, é peculiar porque muitas conquistas trabalhistas obtidas pela nova Constituição ainda não foram colocadas em prática. Após constatar esse quadro de indefinição, a ministra do Trabalho observa que o momento, se não é de pessimismo, é pelo menos preocupante. Ela acha que a conjuntura exige um poder moderador que não aparece claro no cenário nacional. "Seriam os políticos, os militares, as academias, a Igreja, os trabalhadores, os empresários? Não tenho a resposta", admite a ministra.

Embora acredite que seja possível surgir da disputa presidencial novas perspectivas para o país, Dorothea teme ao mesmo tempo pelo acirramento das diferenças que possam levar os candidatos a "jogar mais lenha ao invés de água na fogueira", o que, na sua opinião, pode funcionar como um complicador. Seu medo é que a demora na solução do processo de crise em que o Brasil se arrasta há praticamente uma década leve as pessoas ao desânimo quanto às perspectivas futuras e resulte num "salve-se quem puder".

A ministra afirma, numa analogia, que a democracia brasileira está passando por sua crise de adolescência. "O momento é de testar os limites. Ninguém passa da infância para a idade adulta sem ter vivido uma boa adolescência. Resta saber, porém, no caso do Brasil, por quanto tempo a democracia permanecerá nessa fase. Redefinir o comportamento e aprender a viver num regime democrático é uma experiência nem sempre fácil para todos. O primeiro momento é o de ter a liberdade. O segundo é o de saber usar esta liberdade".

Passar da perplexidade, da indefinição natural para uma democracia estável é, de acordo com a ministra do Trabalho, uma tarefa difícil. O importante, segundo ela, para se sair bem da transição da democracia adolescente para uma democracia adulta, é definir que tipo de país queremos, que tipo de sociedade desejamos. Embora reconheça a existência de problemas no atual governo, ela considera essencial salvar as instituições em lugar de simplesmente destruí-las. Fica mais difícil reconstituir tudo, principalmente se for tudo ao mesmo tempo, observa, reconhecendo que além do cansaço existe uma dose grande de impaciência na resolução dos problemas. "É impossível corrigir o presente sem uma visão do futuro. Com uma boa dose de paciência e enorme dose de ponderação, talvez seja possível redescobrir as perspectivas", salienta a ministra.

Por um novo pacto de poder

Sem pretensões de solidez acadêmica, o deputado federal Plínio de Arruda Sampaio vislumbra dois cenários possíveis para o Brasil de amanhã. Um deles é o cenário trágico, já enunciado por Jaguaribe, e o outro, sobre o qual prefere desenvolver sua análise, é o de um Brasil possível, a partir de um novo pacto de poder.

Após reconhecer a deterioração do tecido social brasileiro, Arruda Sampaio afirma que prefere apostar numa "virada democrática". Sua crença não está calcada apenas num desejo de que isso aconteça, mas é também fruto de reflexão. Sem preconizar uma passagem imediata do regime capitalista para o socialismo — "não porque não desejo, mas porque ainda não temos as condições para isso" —, Arruda Sampaio diz que é necessário ao país uma mudança profunda dentro do próprio sistema capitalista. Para a efetivação dessas mudanças dentro do capitalismo, pede a colaboração das universidades brasileiras.

Os sintomas para a "virada histórica" tal com se deu nos anos 30 estão evidentes, de acordo com o deputado. Eles se consubstanciam na insatisfação crescente dos diferentes segmentos da sociedade. Essa insatisfação já não está mais restrita à classe operária, que ao lado de reivindicações salariais pede reestruturação profunda na política econômica do governo. "Não são apenas os operários que negam o *status quo*. A Igreja e a classe média vêm assumindo, cada vez com maior nitidez, essa postura de mudança radical. Através de vozes como a da OAB, ABI, SBPC ou de movimentos efêmeros mas de grande combatividade e eficácia, esses setores da classe média empenham-se na defesa dos indígenas contra o *lobby* dos mineradores; garantia de nossas reservas e da nossa exploração mineral, bem como na proteção do meio ambiente", exemplifica.

Os movimentos dos setores mais conscientes de classe média, embora não englobem o seu conjunto, são bastante representativos e diferem muito, de acordo com Arruda Sampaio, das mobilizações do tipo "Marcha com Deus pela Família", que resultaram na Revolução de 64. O descrédito dos representantes públicos e o desejo de participar das mudanças dentro de novos métodos de ação política parecem criar as condições para a "virada histórica". Tudo dependerá, segundo ele, de aproveitar bem as possibilidades que se apresentam para evitar as mudanças e escolher as alternativas viáveis ao país.

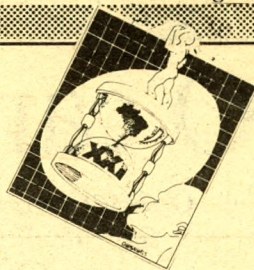
"Mas qual seria a base de sustentação social desse novo capitalismo almejado por diferentes setores sociais? Um capitalismo apoiado em um bloco de poder sob a liderança do operariado, das classes médias ou de uma aliança entre ambas? Como fazer essa aliança?", pergunta. A hipótese de uma aliança operariado — classe média, "liderada pelos seus segmentos mais organizados, em torno de um programa de reformas econômicas e sociais que lhes garanta melhores condições de vida, e que ofereça ao mesmo tempo estímulos para a pequena e média empresa e condições de operação aceitáveis para o capital nacional e multinacional", é a forma pela qual pode se dar a "virada democrática", acredita Sampaio. Trata-se da "unificação de um campo popular progressista". Essa unificação, considerando as especificidades de cada força política, pode se dar em torno de um programa comum de governo, num novo "pacto de poder", assegura.

O cenário que o deputado vislumbra para o século 21, caso se viabilize a "virada democrática", exige as seguintes concisões: um "regime democrático sólido, com partidos mais nítidos e maior participação dos diversos segmentos sociais nas decisões políticas; uma sociedade sem contrastes tão gritantes, livre da miséria absoluta e das tensões e conflitos provocados pela excessiva concentração da riqueza e da renda; uma economia dinâmica, capaz de atender à demanda da sociedade e de acompanhar razoavelmente o desenvolvimento das tecnologias de produção; um país preparado para enfrentar o desafio de introduzir em sua vida social graus mais elevados de liberdade, de igualdade, de participação de todos na gestão da economia e nas decisões da política, em última palavra o desafio do socialismo democrático. E só a leve esperança de poder ver o começo desse futuro possível disfarça a pena de viver neste Brasil tão maltratado de hoje. Se tivermos a inteligência política para costurar essa 'virada', teremos uma nação democrática e civilizada", profetiza.

"A revolução brasileira"

Para o economista Celso Furtado, que já esteve por duas vezes no governo — uma como ministro da Fazenda, outra como ministro da Cultura —, a formulação de qualquer estratégia de ação para enfrentar a atual problemática brasileira, "na qual é grande o peso de atraso social" não pode deixar de levar em conta os "ajustamentos" por que passam as economias internacionais. O próprio processo de renegociação da dívida externa dos países do Terceiro Mundo está sendo feito, como lembra o economista, tendo como pano de fundo essa reestruturação da economia internacional.

Já o senador e sociólogo Fernando Henrique Cardoso, que coordenou o último dia do seminário, diz que o Brasil está vivendo hoje uma verdadeira "revolução". Reforçando a fala de Arruda Sampaio, que na opinião de Cardoso fez a análise mais próxima da realidade brasileira, o sociólogo ressalta que faltam atores e personagens para a grande transformação por que passa o Brasil de hoje. Segundo ele, a sociedade brasileira começa a caminhar com seus próprios pés e a transformação vem sendo feita a despeito dos atores.

Ativo participante da classe política, Cardoso não hesita em reconhecer que o setor no qual está inserido é justamente o mais estagnado se comparado com os avanços dos movimentos sociais. "Na área política estamos ainda tateando. Nossos partidos são frágeis e as lideranças desmoralizadas. Apesar disso tudo, temos um compromisso profundo com a transformação, com a democratização sem dogmatização. O problema é a travessia. Vamos atravessar juntos que não haverá problemas..." **(G.C.)**

O campo emagrece, as cidades incham

O desenvolvimento tecnológico do campo pode intensificar ainda mais o êxodo rural.

No início da década de 80, o Brasil havia passado por um processo de modernização que atingira mais significativamente certos setores de sua economia, como a indústria, mas que deixara outros em estágio sensivelmente atrasado. A agricultura foi um deles. Mantendo-se ainda no ritmo sonolento dos séculos anteriores e profundamente enraizado em formas arcaicas de organização, o campo brasileiro constitui, por isso, um verdadeiro entrave ao desenvolvimento nacional. E não é só. O Brasil poderá enfrentar uma situação dramática na virada do século, se as cidades não conseguirem criar condições de absorver a grande camada populacional que tende a deslocar-se do campo para a zona urbana no decorrer dos próximos anos.

As cidades continuam desestruturadas para receber o homem do campo, que acaba socialmente marginalizado.

A análise é do professor Bernardo Sorj, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e foi apresentada durante os debates sobre campo e cidade na virada do século, no Seminário Brasil Século XXI. Segundo ele, o desenvolvimento tecnológico do campo fará com que altos índices de produtividade sejam atingidos com pouca mão-de-obra, e boa parte dos 40 milhões de brasileiros que ainda vive na área será aproveitada em atividades completamente adversas à agricultura.

Sorj: a tecnologia como redutor da distância entre o rural e o urbano.

Para Sorj, a "agroindustrialização brasileira" é inevitável, pois é um fenômeno que ocorre a nível mundial. Nos países subdesenvolvidos, os serviços de integração como a informática, o transporte e a comunicação avançaram a tal ponto que os trabalhadores rurais chegam a adotar toda a formação cultural e educacional características do cidadão comum. Dessa forma, segundo o professor, determinou-se o fim daquela distância intransponível que separava as atividades rurais das urbanas. Por outro lado, as tarefas produtivas rurais, antes desenvolvidas artesanalmente, foram submetidas à influência da mecanização das cidades. Foram transformações que provocaram o estabelecimento das políticas agrícolas de reciclagem, isto é, organizou-se a produção em duas ramificações básicas fundamentais: alimentos e insumos específicos, utilizados pelas indústrias químicas e farmacêuticas. Foi uma forma de utilizar espaços agrários excedentes, uma vez que toda a demanda alimentar era atendida por poucas propriedades altamente industrializadas. Ele cita, como exemplo, os biodutos nos Estados Unidos. São nichos ecológicos onde desenvolvem-se a agricultura alternativa e a transformação da biomassa, de origem vegetal ou animal, em insumos industriais. Essa "cidadanização" do homem do campo nos Primeiro Mundo, de acordo com Sorj, foi sustentada pela ação conjunta das políticas social e de produção, e essa "mescla" do rural com o urbano foi precisamente organizada.

O mesmo, entretanto, não acontece no Brasil, que "vai sofrendo a mecanização do campo de forma desorganizada", critica o sociólogo. "As cidades não são estruturadas para receber o homem do campo, relegado ao papel de consumidor cultural do modo de vida urbano, ao qual não se adapta com facilidade." Esse quadro crítico acaba levando o homem do campo à marginalização social, aos subempregos. As próprias características da agricultura brasileira atual refletem, segundo Sorj, o atraso do Brasil em relação aos países desenvolvidos.

"Aqui o agricultor é muito dependente do Estado, em termos de crédito rural, existe a instabilidade de preços e a constante ameaça da perda da propriedade, alimentada ainda mais por discursos que expressam o determinismo estruturalista e o voluntarismo político de tendências esquerdistas", acentua. E aponta uma possível solução para o problema brasileiro: a criação de um discurso que afaste do camponês o medo da desapropriação e defenda a pesquisa agrícola e a "cidadanização do assalariado rural". A partir disso, já poderá ser pensada a criação dos "nichos" regionais para a produção de insumos.

O campo despopulado

Para o sociólogo Milton Santos, da USP, autor de "O Espaço do Cidadão", todas as ações agrícolas do século XXI deverão ser controladas a partir da cidade. "O campo estará despopulado e haverá muita produção em pequenos espaços físicos", ele diz, salientando que a principal conseqüência dessas mudanças será a "involução" das cidades, isto é, os núcleos urbanos serão muito populosos, não terão estrutura para suportar a massa populacional, e o custo de vida será ainda mais elevado.

O problema se agrava ainda mais, na opinião do especialista, por um simples fato: "por mais que absorvam a mão-de-obra excedente dos campos agrícolas, as cidades não poderão garantir um bom nível de vida aos seus moradores. Haverá um empobrecimento generalizado da zona urbana, que pode ser evitado a partir de reversões bruscas nos quadros político e social", alerta. De acordo com a análise de Milton Santos, não será possível impedir que a tecnologia chegue ao campo, pois a própria atuação do Brasil dentro do mercado mundial "vai depender desse avanço, e é a única forma de concorrer igualmente com países desenvolvidos".

O professor José Graziano da Silva, do Instituto de Economia da Unicamp, diz que "se há alguma ressalva a fazer é sobre o otimismo das projeções e sobre uma possível subestimativa das mudanças esperadas no campo". Segundo ele, o cenário esperado para o ano 2000 implica numa aceleração da urbanização da população brasileira e uma redução ainda maior nos níveis seletivos de emprego, inclusive com queda nos níveis absolutos na região Centro-Sul do país. "Diante disso, é provável uma desaceleração do êxodo rural, dada a ampliação da atual base urbana, mas absolutamente o esvaziamento dos campos continuará sendo um elemento significativo". **(A.R.F.)**

O Brasil sindical busca sua afirmação

Para o cientista político, as lideranças trabalhistas ainda não tomaram consciência de seu poder.

Um dos fenômenos mais notáveis da última década foi o *boom* da arte da associação, levando a um aumento de participação das pessoas em organizações que defendem interesses específicos, fato perceptível com a expansão dos sindicatos e seu conseqüente fortalecimento.

Werneck: "Os sindicatos mais organizados têm privilégios que outros não têm".

Maria Hermínia: "As associações de classe ainda alcançam pouca consciência".

A observação é da professora Maria Hermínia Tavares, do Departamento de Ciências Políticas da USP, que participou dos debates sobre a articulação de interesses, coordenados por Marco Aurélio Garcia, sociólogo da Unicamp e secretário de Cultura, Esporte e Turismo da Prefeitura de Campinas. O tema também reuniu Luiz Werneck Viana, do Instituto Universitário de Pesquisas Sociais do Rio de Janeiro (Iuperj), e Leôncio Martins Rodrigues, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp.

Para Maria Hermínia, esse *boom* não significa que toda a sociedade virou *agente organizado e participativo*. "O fato é que a participação em associações envolve, em toda parte, apenas parcelas minoritárias da população", acentua. Ao mesmo tempo, ela percebe uma penetração cada vez maior dos partidos políticos, elementos de peso em qualquer processo de consolidação da democracia e de sua manutenção. No entanto, ressalta, "o aumento da vida associativa não implicou maior enraizamento social dos partidos". Para ela, dificilmente a força dos partidos políticos virá de um estreito relacionamento com as organizações da sociedade.

A cientista acredita, porém, que levar para dentro dos partidos a confluência dos vários interesses corporativos de maneira generalizada é um caminho para tornar cada vez mais corporativa a estrutura dos movimentos organizados, no estilo da social-democracia européia.

Falta de maturidade

Ao analisar o comportamento e a força das organizações sindicais, o cientista político Leôncio Martins Rodrigues observa que as "lideranças sindicais brasileiras ainda não tomaram consciência de sua força, o que as leva a agir em função das ações de outros agentes, como os empresários ou o governo federal". Segundo Rodrigues, falta ao sindicalismo brasileiro a capacidade de ter uma política sindical que possa pensar a política de um modo mais global. "As lideranças sindicais têm um plano de reivindicações imediatas de ação e reação às medidas do governo, sem impor uma nova política", critica.

Rodrigues acredita que, ao tomar consciência do poder acrescido, os sindicatos terão de adotar uma política que precisará levar em conta o sistema como um todo. "A prática reivindicatória é uma fase de afirmação do poder sindical. Quando isso estiver consolidado, os sindicatos obrigatoriamente deverão buscar outras alternativas de atuação."

Forças obscuras

Luiz Werneck Viana, por sua vez, diz que no "mundo sindical de hoje há uma profunda iniqüidade." Os sindicatos que possuem maior organização têm acesso a uma série de "privilégios, como seguridade e previdência social", que são obtidos em detrimento dos menos organizados. "Há um mundo subversivo e subterrâneo de trabalhadores que sobrevive sem direção e controle políticos". Para ele, os chamados "sem-terra" são o maior exemplo desse mundo, pois não têm garantia de acesso à seguridade e à previdência social e só estão vinculados e atuam com o setor majoritário da CUT. "Há uma multidão dos sem direito no país que, com a democracia, também reivindica melhorias." É uma situação que pode ocasionar, segundo ele, uma série de ressentimentos capazes de gerar um apelo à intervenção de forças obscuras. "Parece que toda a estrutura política disputa o centro e o que se vê por fora são os partidos inexpressivos; as forças do centro se dissociam cada vez mais do poder", observa. "Embora aparentemente desarticulada, a estrutura militar existe, atua e é capaz até de intervir a qualquer momento." **(A.R.E.)**

Maus atores na cena política

Até que ponto a incoerência entre o discurso e a prática política pode comprometer a transição?

A transição do regime autoritário para o democrático estaria de fato se consumando? Para o cientista político Luciano Martins, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, "há uma defasagem no discurso democrático entre os atores políticos e sua prática. Na teoria são todos democratas. Entretanto, as ações que desenvolvem não correspondem a esse discurso", afirma. Martins foi um dos expositores do Seminário Brasil Século XXI, que na manhã do dia 5 de abril debateu o tema " Regime político e governabilidade", sob a coordenação do jornalista e professor de Teoria Política da USP, Oliveiros Ferreira.

A existência de um confronto no processo de transição entre os democratas e os autoritários é apontada por Martins. Segundo ele, é preciso estar atento para o fato de que uma transição não conduz necessariamente a um regime democrático. O pesquisador da Unicamp mostra sua preocupação com o processo de transição democrática no Brasil, observando que "se há uma tensão entre o estado de direito e o processo político é porque não há ainda um regime democrático".

Cavagnari: partidos "de calças nas mãos".

Crise de governabilidade

Considerando a hipótese de um desfecho democrático para o caso brasileiro, Martins diz que esse desfecho envolve quatro questões centrais: restabelecimento de direitos políticos e garantias públicas; definição do novo quadro constitucional e das regras democráticas para o jogo político; a não ocorrência a médio prazo de qualquer regressão autoritária, quer militar ou não, e a realização de certas mudanças ou reformas sociais, econômicas e administrativas para além das instituições como forma de assegurar, a curto prazo, as condições de governabilidade.

A crise de governabilidade é latente, "está aí e de uma maneira extremamente forte", assegura. Ao analisar o modelo de ação política do governo Sarney, Martins detecta a " existência difusa e generalizada de certas práticas políticas que o afastam em muito de uma ação política de padrão de cultura cívica", uma vez que se caracteriza por "fisiologismo e despotismo".

A desarticulação partidária dos grandes partidos como o PMDB e PFL não pode ser desprezada de acordo com o cientista político, em qualquer análise institucional. Ela tem como conseqüência direta a falta de definição de uma estratégia política, limitando-se à administração do dia-a-dia, em detrimento dos interesses da nação. E foi justamente essa desarticulação partidária que teria favorecido, de acordo com o analista, as recentes ações corporativas e dos *lobbies*. Embora considere essas ações saudáveis num regime democrático, espera que não cheguem a desqualificar a função partidária, que é natural numa democracia representativa, nem bloquear sua ação de agregar os interesses gerais da sociedade para transformá-los em políticas alternativas.

O vazio institucional

O que se verifica no caso brasileiro, de acordo com Martins, é uma "clivagem ideológica", uma verdadeira "geléia geral". Dessa forma, estabeleceu-se uma clivagem de interesses sem a criação de projetos alternativos, o que, a seu ver, terminou por criar uma situação particularmente complicada, um vazio sobre o qual não se pode falar num processo de consolidação democrática.

O professor José Álvaro Moisés, do Cedec (Centro de Estudos de Cultura Contemporânea), ressalta "a raiz conservadora" da questão da governabilidade. Ele diz que é preciso repensar a impressão que se tinha de que muita democracia levava ao impasse do sistema, sendo portanto necessário rever essa relação contraditória entre a demanda do povo e a capacidade de governar.

"No caso do Brasil, tendo em conta esse percurso contraditório, em que medida os membros da sociedade podem intervir no regime quando ele não dá as respostas?", pergunta o pesquisador, ao lembrar que a preocupação maior com a questão da governabilidade surgiu justamente no governo da Nova República.

A crise atual de governabilidade, de acordo com Moisés, não chega a colocar em risco o regime democrático, mas o governo que está aí tem mostrado incapacidade para lidar com a crise. Citando os cálculos do sociólogo Hélio Jaguaribe, o pesquisador do Cedec declara que o problema brasileiro não é exatamente financeiro, mas justamente de administração desses recursos.

A questão militar

Geraldo Lesbat Cavagnari, do Núcleo de Estudos Estratégicos da Unicamp, especialista na questão militar, afirma que não é possível pensar na consolidação do processo democrático sem antes refletir sobre a questão militar. Ele diz que os partidos políticos estão sendo pegos de 'calças nas mãos' porque não elaboraram política militar alguma, "embora os estratos conservadores tenham lá o seu comportamento de vivandeiras de quartel, que não é a política que nos interessa".

Forças Armadas: coadjuvantes no processo e subordinadas ao poder civil.

Para Cavagnari, a política que realmente interessa ao país deve prever as Forças Armadas atuando como atores coadjuvantes e subordinados ao poder civil. "De outra maneira, não se constrói a democracia." Segundo ele, não é possível pensar o próximo século sem discutir a participação das Forças Armadas, um elemento de primeira grandeza no cenário político. Essa discussão, no entanto, deve contar com a participação da sociedade civil, e a universidade, na opinião de Cavagnari, é a via de acesso para que o debate atinja a sociedade e se introduza nos partidos políticos. **(G.C.)**

Partidos são pouco representativos

Sem identidade, os partidos tradicionais perdem espaço para representações alternativas.

Pluripartidarismo, bipartidarismo ou "frentes". Qualquer que seja a sua forma de expressão, o sistema partidário brasileiro tem sido, tradicionalmente, a forma de representação da sociedade civil na sua mediação com o Estado. Entretanto, têm-se assistido, ao longo dos últimos anos, mudanças estruturais na composição dos partidos que ora são chamados fisiológicos, ora ideológicos e às vezes se constituem em um caldeirão de misturas, como é o caso das "frentes".

Autênticos ou não, o fato é que, nesse caminhar na busca de identidade ou de votos, os partidos vêm aos poucos perdendo espaço para outras formas de representação não ainda legitimadas, mas que têm-se mostrado mais dinâmicas nas respostas às demandas sociais. E foi justamente para discutir essa questão da representatividade e os partidos políticos que o Seminário Brasil Século XXI reuniu especialistas da área, sob a coordenação do professor Cândido Mendes de Almeida.

Martins: partidos sem representatividade.

Reis defende a fidelidade partidária.

A obsolescência do sistema partidário brasileiro foi apontada pelo cientista político da USP, Carlos Estevão Martins. Segundo ele, a discussão dos partidos políticos e da representação tem evoluído muito pouco ao longo das últimas décadas, sofrendo ataques da direita, do centro e da esquerda, com poucos defensores.

Sem negar a crise por que passa o sistema partidário no país, Martins ressalta que "o sistema de partidos é a instituição central de um regime democrático. É através dele que o povo logra participar dos processos decisórios centrais", já que funciona como elemento mediador entre o Estado e a sociedade.

Na opinião do especialista, a democracia depende diretamente do grau em que os partidos políticos cumprem as suas funções, na medida em que são vistos como órgãos que viabilizam a integração dos indivíduos. A limitação dos partidos políticos vem sendo apontada, segundo Martins, por autores contemporâneos que reduzem o papel dos partidos a uma atuação diminuta ou nula, análise que considera correta. Essa reflexão se contrapõe a uma outra, a de uma visão muito idealizada dos que se organizam para transformar um programa de governo ou uma ideologia.

O professor Carlos Estevão Martins acha que não pode haver um número qualquer de partidos. "Eles devem ser limitados a dois ou três", argumenta, para apontar em seguida a dicotomia existente entre os partidos políticos de um lado e os movimentos sociais do outro. "Essa dicotomia passa a existir na medida em que os partidos passaram a legitimar a linguagem dos interesses em lugar da linguagem política, que é a linguagem do altruísmo e não a do etnocentrismo."

Em sua conferência, o professor Fábio Wanderley dos Reis, da Universidade Federal de Minas Gerais disse que não se pode pretender que a construção democrática implique uma reforma moral da sociedade. "Se alguém quiser isso, está fadado ao insucesso", vaticina. A força dos partidos, na sua opinião, reside nos contornos ideológicos voltados para uma atuação não apenas eleitoral mas permanente na sua relação com a sociedade civil. Ele observa ainda que partidos fortes não são necessariamente sinônimos de partidos de massa, e exemplifica com o caso dos partidos americanos que têm grande funcionalidade. Já na Europa, o partido social democrata da Alemanha defende os partidos eleitoreiros, "partidos que arrastam; cuja atuação se caracteriza por uma orientação pragmática". No Brasil, a questão crucial que configura a crise constitucional que o país vive está relacionada, segundo Reis, à mobilização e incorporação política das massas. Essa crise se dá, segundo ele, pelo fato de a sociedade conviver com um sistema capitalista e uma democracia política.

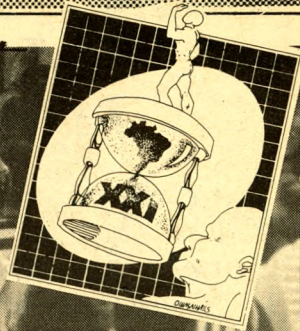
Para o professor Reis, "a articulação do Estado com a sociedade tem como componente central a articulação de interesses das classes trabalhadora, empresarial e governo". Após condenar o fisiologismo e o clientelismo presentes no sistema partidário brasileiro, disse que o país está fadado a uma oscilação entre sistemas populistas ou autoritários.

Remetendo-se ao livro de Bolivar Lamounier e Raquel Meneguello, "Partidos políticos e consolidação democrática", ele destaca a necessidade de se fortalecer a estrutura partidária, critica a excessiva "permissividade" da legislação partidária e ressalta a necessidade de se criar obstáculos à proliferação de partidos e a de estimular legalmente a "fidelidade partidária". "A criação de restrições a um multipartidarismo exarcebado me parece congruente com o tosco bipartidarismo que aparentemente caracteriza as percepções do grosso do eleitorado popular. E creio que, uma vez preservado um núcleo ideológico e estrategicamente orientado, "partidos-frentes", heterogêneos e eleitoralmente viáveis são, nas condições do eleitorado brasileiro da atualidade e dos dilemas de nosso problema constitucional, a melhor forma de fazer avançar os prospectos de uma democracia política estável e do perseverante esforço de construção de uma democracia social", afirma.

O sociólogo Plinio Dentzien, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, observa que, ao contrário do que comumente se avalia, mesmo o chamado do eleitorado de massa tem-se mostrado capaz de identificar claramente as tendências dos partidos. Isso, segundo ele, mostra uma percepção aguda da prática programática dos partidos, que estão trabalhando com uma boa dose de realismo.

A tentativa crescente de incorporação aos sistemas partidários do corporativismo presente em alguns segmentos sociais pode resultar, de acordo com o sociólogo, numa prática nefasta de se regulamentar tudo. A articulação dos movimentos sindicais com os partidos aponta para algo que não lhe parece positivo porque não conduz a uma melhoria substancial da representação.

A necessidade de criação de regras institucionais foi defendida pelo professor Marcos Figueiredo do IDESP (Instituto de Estudos de São Paulo). Segundo ele, a solidificação do Estado pressupõe a existência de uma legislação que estabeleça o princípio da representação. Esta, por sua vez, tem uma lógica perversa que destrói quando não se tem uma lógica interna.

Ele lembra que o mandato do eleitor pertence ao indivíduo e não ao partido. Como a eleição é nominal e não nos partidos, o que se verifica, por força de uma legislação equivocada, "são companheiros de uma mesma chapa sendo obrigados a se digladiarem pelo voto", o que considera extremamente negativo para a saúde do partido. Figueiredo critica também a representação parlamentar vigente que obriga o partido a ter mais candidatos que o número de vagas no parlamento. Essa legislação é anacrônica, leva a absurdos de se ter, como se verificou nas últimas eleições em São Paulo, 1700 candidatos a vereador disputando 60 cadeiras. "Não há eleitor, por mais informado que seja, que consiga fazer uma análise dos candidatos." **(G.C.)**

O espectro de uma Índia latina parece definitivamente afastado. O Brasil deverá chegar ao ano 2000 com uma população bem menor que a projetada nos anos 70.

População brasileira cresce menos

Taxa de fecundidade cai de 5,8 para 3,6 em vinte anos e risco de superpopulação diminui.

Ao contrário das previsões do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) realizadas na década passada, o Brasil atravessa uma das transformações estruturais mais importantes do fim do século. Trata-se da queda de fecundidade, iniciada no fim da década de 60 e que vem-se intensificando a cada ano. Discussões sobre as causas e conseqüências desse fenômeno para o país no ano 2000 dominaram o primeiro dia de debates do Seminário Brasil Século XXI — realizado dia 3 de abril no Centro de Convenções da Unicamp —, quando o tema abordado foi "População brasileira". "É curioso observar que tanto a opinião pública como as autoridades continuam ignorando a dimensão e o significado desse fenômeno", assinala o demógrafo José Alberto Magno de Carvalho, professor da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais.

Preocupado com a indiferença que demonstra o governo, o pesquisador traça um perfil alarmante, que começou a ganhar formas no início dos anos 40, quando se registrava discreta queda dos índices de mortalidade. Paralelamente, o nível de fecundidade manteve-se alto até meados da década de 60, provocando aumento da taxa média anual de crescimento populacional, de 2,4 na década de 40 para 2,9 nos anos sessenta. Os resultados revelam que apesar do declínio rápido da mortalidade e da aceleração no ritmo do crescimento, a distribuição etária da população brasileira manteve-se aproximadamente constante entre 1940 e 1970: cerca de 52% da população encontravam-se em índices abaixo de 20 anos.

Diferenças regionais

Somente no fim da década de 60 é que a fecundidade começou a apresentar queda significativa. Porém esse declínio, embora generalizado, mostrou variações a partir do nível sócio-econômico dos grupos sociais. "O estado do Rio de Janeiro na década de 30 já apresentava níveis de fecundidade menores que de estados brasileiros na década de 70", ilustra Magno de Carvalho. Nas décadas de 50 e 60 a queda nos índices de fecundidade podia ser notada no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo. Entretanto, foi com a realização do Censo Demográfico de 1980 que se deu a confirmação do declínio da fecundidade em todas as regiões e camadas sociais. A taxa de fecundidade caiu de 5,8 na década de 60 para 3,6 nos anos oitenta. O problema ganha dimensões, segundo Magno de Carvalho, quando se certifica que o declínio percentual foi maior nas famílias com renda mensal abaixo de um salário mínimo.

Martine: "No Sudeste o nível de fecundidade está próximo da mera reposição".

Magno: "A opinião pública e as autoridades ainda ignoram o fenômeno".

"O processo é irreversível", constata o demógrafo. Sua afirmação está baseada em números reais: em 1986, 66% das mulheres casadas no Brasil, com idades entre 15 e 44 anos, estavam usando algum método anticoncepcional. Desse total, 41% já estavam esterilizadas (método irreversível) e 38% se utilizavam de pílulas. As taxas médias de crescimento anual de 2,1% registradas no período 1980-85 deverão cair para 1,3% entre os anos 2000 e 2010. Isto significa que o Brasil deverá atingir uma população total em torno de 170 milhões no ano 2000, ou seja, 31 milhões a menos que as projeções realizadas pelo IBGE na década de 70.

A redução da fecundidade provoca profunda modificação na estrutura etária, culminando com o envelhecimento da população. Em 1980, 14,4% da população brasileira estavam situados na faixa entre zero e 4 anos. Pessoas com mais de 65 anos representavam 4% dessa população. A partir da queda da fecundidade acentuada nos últimos 20 anos, projeções realizadas por demógrafos mostram que no ano 2010 a faixa de idade entre zero e 4 anos deverá ser reduzida a 9,2%, enquanto que a população com idade igual ou superior a 65 anos deverá subir para 6,6%. "É importante que seja iniciada uma discussão séria a respeito das implicações das tendências em curso", diz Carvalho. Segundo ele, este é o momento ideal para se tirar proveito, em benefício da população mais carente do país, das condições favoráveis criadas pelo novo padrão demográfico.

Redistribuição espacial

Para o demógrafo George Martine, do IPEA/Brasília, a população brasileira passa por dois processos aparentemente contraditórios. "Se por um lado ocorre a multiplicação das cidades, por outro registra-se a concentração da população urbana em algumas poucas cidades", garante o pesquisador. Martine destaca que nos últimos 50 anos a distribuição espacial da população vem obedecendo ao conjunto de decisões tomadas ao nível do poder público e também da iniciativa privada. "As pessoas migram em busca de melhores condições de vida", diz.

Em sua exposição, George Martine procurou traçar as implicações que terá essa redução da fecundidade para a distribuição da população. O pesquisador citou que embora generalizada, a redução da fecundidade afeta as diferentes regiões e os diversos grupos sociais de forma distinta. Enquanto na região Sudeste o nível de fecundidade está próximo dos níveis de reposição, nas regiões Norte e Nordeste, em suas áreas rurais e camadas sócio-econômicas menos favorecidas, a fecundidade é relativamente elevada, devendo cair nos próximos anos. O declínio da taxa de nascimento registrado na década de 70 contribuiu para o crescimento vegetativo da população. "Para o futuro podemos esperar maior homogeneização dos níveis de fecundidade", prevê o demógrafo.

George Martine analisou também o impacto da queda de fecundidade sobre o ritmo de crescimento urbano, tomando como base o período entre 1960 e 1980, quando 29 milhões de pessoas migraram do campo para a cidade. Apesar disso, o ritmo de crescimento urbano caiu de 5,2% ao ano no período de 1960-70 para 4,4% na década seguinte. "A redução do crescimento urbano, mesmo com o aumento da migração, pode ser explicada pela queda de fecundidade", afirma.

Coordenado pela professora Elza Berquó, do Núcleo de Estudos Populacionais da Unicamp (Nepo), o debate sobre população brasileira teve também a participação de Neide Patarra, do Sistema Estadual de Análise de Dados e Estatísticas (Seade) e de Isaac Kerstenetzki, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). **(A.C.)**

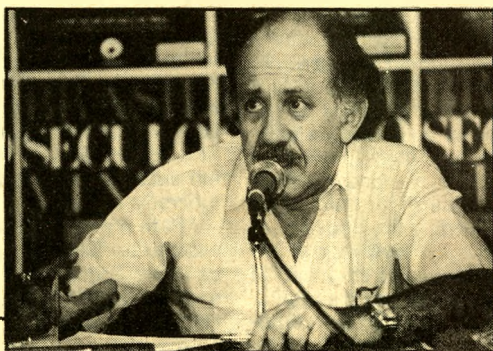
Sociedade rural pode estar perto do fim

O pessimismo em relação ao futuro foi a tônica do discurso do professor de Economia da USP, Paul Singer, ao abordar os processos de diferenciação e de homogeneização social. "O futuro será ainda pior", prevê o cientista social, que analisou as tendências estruturais da sociedade brasileira para o início do próximo século.

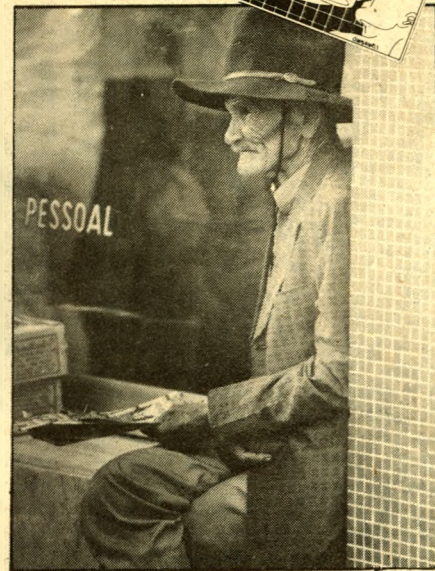
"É preciso elaborar alternativas políticas e econômicas globais e radicais", diz Singer, acreditando ser esta a única saída para a reversão do quadro atual. Segundo ele, a estruturação dos mercados de trabalho no início do próximo século sofrerão sérias alterações decorrentes do uso cada vez mais acentuado de processos automatizados. "As relações de trabalho serão cada vez menos formais, ou seja, a classe trabalhadora está em busca de autonomia, desprezando o vínculo empregatício através de uma carteira assinada", afirma. Singer acredita que haverá um incremento da contratação de prestação de serviços, permitindo uma economia de encargos trabalhistas para o setor empresarial.

Para o cientista político, a confirmação desse quadro provocará uma diminuição da parcela de trabalhadores sindicalizados, culminando com a quase inevitável divisão da classe operária. "O movimento sindical terá que conviver com situações contraditórias: a de fortalecimento de sua estrutura através das centrais sindicais CUT e CGT, e a de enfraquecimento de categorias em função da implantação de processos automatizados de produção". Para Singer, uma das alternativas que o movimento sindical poderá encontrar para amenizar esse quadro será a criação de novas organizações para as relações mais formais de trabalho.

Paul Singer prevê também o desaparecimento da sociedade rural no Brasil. Segundo ele, as tradições culturais da civilização rural só sobreviveram enquanto não existia a penetração dos meios de comunicação de massa, sobretudo a televisão. Além de Singer, participaram do debate os professores Juarez Brandão Lopes e Vilmar Faria, ambos do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp e Carlos Hasenbalg, do Instituto Universitário de Pesquisa Social do Rio de Janeiro (Iuperj). **(A.C.)**

Paul Singer: a automatização como fator de enfraquecimento da classe operária.

O avanço da terceira idade

O contingente da população com mais de 65 anos cresce a taxas muito elevadas no Brasil. Porém o país ainda não está preparado para enfrentar essa situação e conviver simultaneamente com índices igualmente elevados de mortalidade infantil. Como solucionar esse conflito se as políticas sociais sempre estiveram orientadas para uma nação considerada jovem? A questão é analisada nesta entrevista pela professora Elza Berquó, coordenadora do Núcleo de Estudos Populacionais da Unicamp. Segundo ela, enfrentar essa nova realidade exige uma reorientação na abordagem do problema. Berquó também aponta a queda na taxa de fecundidade como resultado de mudanças comportamentais do brasileiro, provocadas inclusive pelo advento da Aids.

Berquó: "Foi-se o tempo em que a mulher tinha dez filhos. Hoje ela quer viver melhor".

Os idosos já representam 4,5% da população.

Jornal da Unicamp — A taxa média anual de crescimento populacional, que era de 2,4% na década de 30, registrou um salto para 3% na década seguinte. Entretanto vivemos hoje um momento em que ocorre queda de fecundidade, e a estimativa é que o índice caia para 1,7% na virada do século. Quais as conseqüências desse fenômeno num país como o Brasil?

Elza Berquó — O que ocorre não é só uma questão da desaceleração da taxa de crescimento da população, mas de mudança do padrão etário da população brasileira. De um lado registra-se a queda da fecundidade que implica em um número menor de crianças que nasceram. Assim, há uma redução do peso percentual das crianças na população total. E por outro lado os avanços nas áreas de saúde e saneamento fizeram com que a mortalidade também fosse diminuindo. É evidente que a taxa de mortalidade infantil no Brasil ainda é muito alta em relação aos países desenvolvidos, mas de qualquer maneira a esperança média de vida cresceu e com isso a população vive por mais tempo, o que leva na verdade a tornar o peso relativo deste contingente maior do que era antes. Então, o segmento da população de 65 anos ou mais vem crescendo no Brasil e aumenta a taxas mais elevadas do que a correspondente à população total. De fato, no período de 1970-80, enquanto os idosos cresceram 5% ao ano, foi de 2,5% o aumento médio anual da população total. Isso coloca novas responsabilidades ao Estado, pois o País não está ainda preparado para enfrentar a questão de conviver simultaneamente com altas taxas de mortalidade infantil e ao mesmo tempo ter uma população idosa que aumenta a cada ano. Sendo assim, é preciso uma atenção nova para essa mudança de perfil de um país em que até bem pouco tempo ainda não havia essa preocupação, porque sempre se pensou no Brasil como uma população essencialmente jovem. É preciso que se diga que esta população chamada idosa, definida atualmente de 65 anos para cima, é formada em sua maior parte de mulheres, porque o Brasil tem uma mortalidade diferencial por sexo bastante grande. A mulher no Brasil hoje vive em média sete anos a mais que o homem, o que torna bastante grande o contingente de mulheres viúvas. A título de informação, a cada 100 homens na faixa de 65 anos ou mais, havia no País 115 mulheres, em 1980. O contingente dos chamados velhos-velhos, ou seja, os de 85 anos ou mais, era constituído na razão de 211 mulheres para cada 100 homens. É preciso, portanto, que as políticas sociais sejam orientadas levando em conta essa realidade. Outro fenômeno que também acompanha tudo isso, e que já se faz presente há mais tempo nos países mais desenvolvidos, é o aumento de domicílios de uma só pessoa. Curiosamente, quando se analisa essa questão no Brasil, a proporção de homens morando sozinhos é mais ou menos independente da idade, enquanto na população feminina o grande contingente é de mulheres idosas.

JU — Projeções mostram que a população idosa (acima de 65 anos) no Brasil deve atingir 14% no próximo século. Se as previsões se confirmarem, atingiremos índices próximos dos EUA e da Europa, ou seja, estaríamos atingindo aquilo que podemos chamar de ideal. Por outro lado, considerando a alta queda de fecundidade, a impressão que se tem é que vai haver nos próximos anos significativa redução da população economicamente ativa. Quais as implicações desse fenômeno?

Elza Berquó — Nos Estados Unidos a população com 65 anos ou mais já está por volta de 14 a 15%; no Brasil, por volta de 4,5%, com previsão de chegarmos a 6,6% no ano 2.000. Para atingirmos esses 14 ou 15% levaremos ainda muitos anos no século 21. Mas, indiscutivelmente, na medida em que esse contingente cresce, ou seja, envelhece, a razão de dependência aumenta. De fato, de 5 em 1960, passou a 7 em 1980 o número de pessoas na idade de aposentadoria, beneficiando-se hipoteticamente de 100 pessoas na idade de trabalhar. Essa mesma razão projetada para o ano 2030 leva a crer que cada 100 pessoas na idade de trabalhar teriam, teoricamente, de se responsabilizar por 17 nas idades mais avançadas. Não se pode perder de vista, por outro lado, que o contingente de crianças vai se reduzindo devido ao rápido declínio da fecundidade. Para se ter uma idéia, a população até 9 anos de idade em 1980 correspondia a 27% do total, e no ano 2.010 ela vai cair para 18%. À medida em que a população vai atingindo uma idade mais avançada, é necessário que a sociedade esteja aberta também para que os chamados idosos possam trabalhar caso o desejem.

"O contingente da população com mais de 65 anos aumenta a taxas elevadas."

JU — Essa queda de fecundidade a longo e médio prazos não seria benéfica se considerarmos que a oferta de emprego não acompanha a demanda de pessoas ativas que anualmente chegam ao mercado de trabalho?

Elza Berquó — Eu acho que é necessário ter cuidado com esse raciocínio. Se por um lado a entrada de pessoas na força de trabalho a longo e médio prazos demograficamente vai diminuindo, por outro lado cada vez mais a mulher vai ocupar esse espaço, e isso é um movimento novo. No passado, como se sabe, a maior parte da força produtiva era de homens. Na medida em que as mulheres se preparam, elas vêm entrando nos mais diferentes setores do mercado de trabalho. Assim, é necessário continuar criando condições para absorver essa nova força que ingressa ano a ano no mercado de trabalho.

JU — Historicamente, é nas classes sociais mais baixas que se registram maiores índices de fecundidade. Entretanto, é justamente nesse segmento da sociedade onde ocorre hoje maior queda dessa fecundidade. O que vem provocando esse fenômeno?

Elza Berquó — Em primeiro lugar, quanto maior a fecundidade maior a chance de que a queda seja grande. Quando você atinge, por exemplo, o nível de um filho por mulher, a chance de diminuir esse índice é muito pequena, certo? Então, num primeiro momento, era nas classes menos favorecidas que poderia ocorrer queda maior. Por outro lado, a esterilização feminina, em um estudo que fizemos em 1965, no município de São Paulo, mostrava que as mulheres de mais alta escolaridade eram as que recorriam mais a esse método de pôr fim à reprodução. Num estudo mais recente mostramos que houve uma inversão, quer dizer, as mulheres mais favorecidas procuram outros recursos menos drásticos. A esterilização no Brasil, da maneira como vem sendo feita, transformou-se num fenômeno de massa, obedecendo praticamente a um controle de natalidade e não a um planejamento familiar que pudesse oferecer às mulheres um leque de alternativas de métodos anticoncepcionais adaptáveis à idade, às condições de saúde e de vida das mulheres. Quando se percebe que em um país as mulheres só usam um método, ou no máximo dois, você pode ter certeza de que se trata de um controle da natalidade e não de um planejamento familiar. Nos países mais desenvolvidos, onde se encontram às vezes 8 ou 10 métodos anticoncepcionais, a incidência de esterilização é muito baixa, enquanto no Brasil constitui-se no método anticoncepcional mais utilizado. E isto vem atingindo cada vez mais as mulheres mais pobres.

JU — A relação de mulheres que se submetem ao processo de esterilização é maior à medida que diminui o grau de desenvolvimento de cada região do País. No Sul, de cada três mulheres que utilizam método anticoncepcional, uma está esterilizada. No Norte, a relação é exatamente inversa. Por que ocorre esse fenômeno?

Elza Berquó — Bom, a fecundidade sempre foi mais baixa no Sul, região influenciada por padrões europeus até por causa da própria imigração alemã e italiana. A tradição européia era de usar métodos mais tradicionais como o preservativo, o coito interrompido, a tabelinha, utilizando com menos freqüência métodos drásticos. Agora, um outro elemento que levou ao aumento das esterilizações foram as cesárias. O Brasil tem um dos maiores índices de operações cesarianas no mundo e estes índices vêm crescendo muito ultimamente. Uma mulher que faz uma cesariana é candidata a outra e depois de duas ou três não pode mais engravidar e tem mesmo que fazer esterilização. Por outro lado, você vai encontrar no Norte e Nordeste realmente essa alta incidência de esterilização porque infelizmente a população é menos instruída. Existem também entidades privadas atuando no Brasil, não só distribuindo pílulas como também criando condições através de aparatos mais modernos para que essas práticas possam ser executadas.

"A taxa de fecundidade no País está caindo há mais de 20 anos."

JU — O que estimula essas empresas privadas a realizarem o trabalho de esterilização, uma vez que a população atendida é de baixa renda e por isso não tem condições de custear a cirurgia?

Elza Berquó — Na verdade, o custeio dessas cirurgias é feito por fontes financiadoras externas e o que as estimula é essa falsa noção, que ainda prevalece em alguns meios, de que a causa da pobreza no Brasil (e em outros países em desenvolvimento) se dá pelo fato de o país ter alta taxa de crescimento populacional. Então, neste pensamento, inverte-se a relação, acreditando que se freando o aumento da população acabam com a pobreza, quando na verdade poderia ser até o contrário, quer dizer, melhorando o nível de instrução as pessoas, via de regra, vão ter uma outra concepção de vida embora isso não signifique que país desenvolvido apresente necessariamente fecundidade mais baixa. A fecundidade no Brasil está caindo há mais de 20 anos e será que por isso a população deixou de ser pobre tendo menos filhos? Não. Então, não é por aí. A questão é outra, quer dizer, você tem que dar o desenvolvimento, oferecer melhores opções de vida, proporcionar um programa de saúde integral à mulher. Essa preocupação não deve existir com o objetivo de reduzir a taxa de crescimento do país, mas sim porque é um direito que a mulher tem de conhecer todas as outras opções de saúde e novos métodos que estão à disposição. Portanto, o planejamento familiar, como mais uma dimensão de um programa integral de assistência à saúde da mulher, lhe oferece o livre abítrio para saber se ela quer ter 10 filhos ou 5 ou 4 ou nenhum, mas essa decisão cabe a ela e não a uma politica governamental.

"As mulheres representam a maior parcela de idosos no Brasil."

JU — A senhora mencionou durante o seminário a possibilidade de queda da taxa de esterilização. O que a faz pensar desa forma?

Elza Berquó — Eu coloquei interrogações quando estava considerando a questão da Aids. Porque qualquer projeção populacional de curto e médio prazo deve considerar que a presença da Aids pode alterar o curso dos acontecimentos. Porque com a presença da Aids o comportamento individual está sofrendo muitas alterações. Uma mulher esterilizada ou um homem vasectorizado vai utilizar o *condon* nas suas relações para se prevenir contra a Aids. Então, é natural que se perguntem: "Mas por que é que eu vou esterilizar se eu vou ter que continuar usando este ou outro método anticoncepcional de barreiras? Embora não seja utilizado com o caráter anticoncepcional, mas sim como prevenção de uma doença sexualmente transmissível, as pessoas certamente vão repensar o assunto. Por que partir para a esterilização se há necessidade de continuar utilizando outro método de barreira? O fato de serem questões muito novas não descarta uma inclusão na pauta de preocupações dos demógrafos novos. Acredito também num aumento no número de abortos, porque uma gravidez resultante de falha de método de uma relação duvidosa quanto à transmissão da Aids pode levar a abortar. Então, surgem interrogações que nos fazem pensar. Creio que o novo século registrará muitas alterações no comportamento sexual das pessoas, com impacto maior ou diferente nas variáveis demográficas.

JU — Baseado nestes estudos, nestas projeções que vocês vêm colocando ao longo desses seminários e discussões, podemos afastar a hipótese de um dia o Brasil tornar-se um país tão populoso quanto a China ou a Índia?

Elza Berquó — Eu não tenho dúvida alguma sobre isso. Acho que as indicações e as sinalizações que já foram dadas com relação a essa queda da fecundidade nos mostram este fato. Experiências históricas revelam que uma vez que uma população atingiu baixas taxas de fecundidade, dificilmente o fenômeno se reverte para voltar aos níveis anteriores. Passa-se a viver segundo modelos individualistas onde a autorealização é a tônica do cotidiano. **(A.C.)**

Previdência, o risco do colapso

Distorções na distribuição de benefícios sociais podem arrebentar o sistema previdenciário.

A distribuição de benefícios sociais em relação à faixa etária e ao poder aquisitivo da população nos últimos anos apresenta distorções que projetam para o futuro uma séria crise no setor previdenciário brasileiro. É o que demonstra um estudo econômico do reitor Paulo Renato Souza, apresentado no Seminário Brasil Século XXI, durante o debate "Justiça social e políticas de governo", no dia 6 de abril, coordenado pelo vice-governador de São Paulo, Almino Affonso. O tema abordou o alcance, modalidades e limites do papel do Estado no campo social, e sua discussão reuniu ainda três outros participantes: Sônia Draibe (Unicamp), Sulamis Dain (UFRJ) e Régis Andrade (USP).

Paulo Renato lembra que as propostas apresentadas nos anos 50 por economistas de diferentes correntes foram alcançadas: nos últimos 30 anos o Produto Interno Bruto (PIB) do país se multiplicou em 6,5 vezes, houve crescimento nas importações, o Brasil conseguiu se posicionar como a oitava economia no mundo ocidental e uma significativa parcela do PIB foi gasta em programas sociais, se comparada a outros países em desenvolvimento. Segundo ele, dados do Banco Mundial de 1986 demonstram que enquanto as economias capitalistas desenvolvidas destinaram 20,4% do PIB a programas sociais e as economias em desenvolvimento investiram 8,9% nesse setor, o Brasil aplicou 18,3% do PIB em educação, cultura, saúde, habitação e previdência social, com grandes disparidades nesta última.

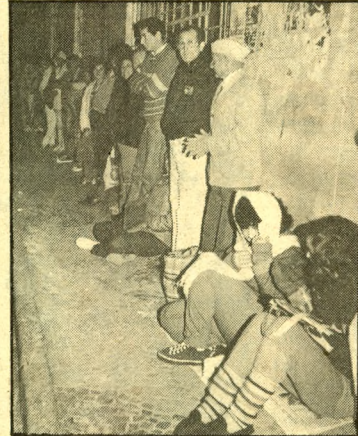
Estudos do Banco Mundial também mostram que 4% da população brasileira têm mais de 65 anos e recebem 28% dos benefícios sociais, e que 13% dos brasileiros entre zero e quatro anos são beneficiados com 7%, enquanto a população economicamente ativa recebe menos do que isso. "O Banco Mundial já chegou a estimar em 50% as perdas entre o que é destinado aos programas sociais e o que chega às bases", diz Paulo Renato, lembrando como causas a burocracia não transparente e os tradicionais favores políticos.

Régis Andrade: várias reflexões.

Na evolução de sua análise, que aponta para a perspectiva de "uma crise muito séria para o futuro na área de benefícios sociais, hoje muito mal distribuídos", ele cita a distribuição de renda no Brasil entre 1960 e 1985: enquanto 50% dos brasileiros pertencentes às classes mais pobres tiveram uma regressão de 17,7% para 12,5% no período, os mais ricos e que representam 5% da população passaram de 28,3% para uma renda de 33,2%. Dados de 1986 também demonstram disparidades na estrutura do gasto social em níveis municipal, estadual e federal: 41% foram destinados à Previdência Social, somente em benefícios; 22,2% para a educação; 17,4% à habitação; 13,1% com saúde (desses, 78% em medicina curativa e 22% em preventiva); saneamento, 2,8%, alimentação e transporte, 1,2% para cada, e 0,5% para o setor trabalhista.

"Tudo isso leva a uma situação de extrema distorção, na qual temos 16% da população com rendimento maior do que dois salários mínimos, 18% com um a dois mínimos, 24% com meio a um salário mínimo, 22% com meio salário e 19% da população recebendo menos de 1/4 do salário mínimo", revela o economista. Ele considera que o aspecto salarial é importante dentro de um programa de distribuição de renda de forma igualitária e progressiva, a fim de reverter o quadro atual. "Tínhamos esperança de que o processo de redemocratização alterasse esses padrões de gastos na área social. Os esforços foram grandes, mas a crise econômica trouxe graves efeitos também na restrição de gastos públicos nas áreas sociais, pois gerou uma diminuição de gasto per capita diante do crescimento da população."

Um dos desafios atuais, de acordo com Paulo Renato, diz respeito à mudança demográfica no país. "O controle da natalidade é significativo, mais rápido do que em países desenvolvidos e por isso temos uma estrutura etária que deve ser avaliada dentro de 50 anos." A projeção dessa estrutura para as próximas décadas é a seguinte: entre zero e quatro anos, 11% da população em 1990, 10% no ano 2000 e 8% em 2010; de 20 a 24 anos, 10% em 1990, 10% em 2000 e 8% em 2010; de 25 a 39 anos, 23% em 1990, 16% em 2000 e 25% em 2010; de 40 a 54 anos, 13% em 1990, 16% em 2000 e 19% em 2010; e com mais de 65 anos, 5% em 1990, 5% em 2000 e 7% em 2010.

O coordenador da mesa, Almino Affonso, se disse sensibilizado pela análise do reitor da Unicamp sobre a variação do perfil etário da população brasileira e sobre a Previdência Social. Segundo o vice-governador, "em curto prazo essa crise pode vir a ser tão grande a ponto de não podermos medir suas dimensões. Essa é uma questão de ampla repercussão e a mudança do perfil etário pode até arrebentar com a Previdência Social. Essa foi a primeira vez que ouvi alguém abordar esse assunto".

Filas, o eterno calvário.

Welfare State

A cientista política Sônia Draibe, do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas da Unicamp, defende que o *Welfare State* (face do Estado que cuida das políticas para o bem-estar social), que deveria ser seguido, visaria atender a duas demandas: a de diminuição e perda de renda, e a de igualdade e desigualdade de distribuição de renda. Seria o estilo social-democrata europeu. Ela afirma que nesse contexto há certos aspectos mínimos sociais que devem ser garantidos a todos. Um outro conceito de justiça seria a ampliação da estrutura de oportunidades para que as pessoas compensassem suas situações de desigualdades.

"A nova Constituição — analisa a cientista política — apresenta contribuições. Mas será que no século 21, implementados todos os direitos ampliados, estaremos nos aproximando do modelo ideal redistributivo social democrático? Se pensarmos em cenários alternativos para o próximo século, temos que levar a sério um alargamento de tempo disponível para que as pessoas possam desenvolver atividades socialmente úteis. Isso significaria dar uma resposta ingênua e pouco trabalhada, se o que nos espera é o **Welfare State** socialmente progressista, sem arcar com o burocratismo e as distorções que ele traz", avalia.

Régis Andrade, cientista político e membro do centro de Estudos de Cultura Contemporânea (Cedec), apresenta várias reflexões. "Se há uma possibilidade de aperfeiçoamento, que forças promoverão essas mudanças? Não seria útil dentro desse quadro fazer essa pergunta? A possibilidade de ocorrer um movimento de reorganização social do Brasil não constituiria uma força suficiente para impor essas reestruturações? Seria vago dizer que deveríamos esperar por um pólo tecnológico forte, ou que questões de cidadania e promessas de progresso venham a se cumprir? Seria possível esperar que pouco a pouco tudo irá se reformando?", indaga. "Acredito que a consciência democrática universal e social dentro das corporações que compõem a sociedade civil é uma questão que está longe de se tornar relevante do ponto de vista político", afirma.

Na opinião da debatedora Sulamis Dain, economista e docente no Instituto de Economia Industrial da UFRJ, a reforma tributária e melhores salários são pontos fortes para se reverter as distorções nos programas sociais, pois "a marca do século 20 nos países avançados é o apogeu com o pleno emprego. A política social não nasce do vazio, e sim ecoa da política econômica e do contexto social". Ela avalia ainda que ao se pensar a questão brasileira e a dificuldade de fazer política no Brasil, o quadro de bem-estar social se faz diante da desigualdade. "E perante isso, nenhum projeto consegue ser equalizado", afirma, lembrando que o resultado da constituinte, em termos sociais, reflete as contradições encontradas na distribuição de benefícios sociais apresentadas pelo economista Paulo Renato Souza. **(C.P.)**

Superar a pobreza, o eterno desafio

Vencê-lo exige uma ação social macrodinâmica e eficaz por parte do Estado.

O reajuste estrutural das economias latino-americanas, a universalização de políticas sociais explícitas, o aumento da oferta de trabalho e a interação entre as universidades e os órgãos públicos na questão social são algumas sugestões apresentadas para o próximo decênio pelos participantes do debate "Pobreza e exclusão social", no dia 6 de abril, durante o Seminário Brasil Século XXI. Economistas e cientistas políticos debateram com a platéia suas informações sobre a atual realidade sócio-econômica brasileira. Para alguns, elas apontam para um quadro pessimista, enquanto para outros a bonança será possível através de uma ação macrodinâmica e eficaz por parte do Estado.

Mendicância, cena comum.

Coordenado pelo economista João Manoel Cardoso de Mello (Unicamp), o debate teve como primeiro expositor o cientista político e economista Carlos Lessa (Unicamp e UFRJ), que surpreendeu os ouvintes com seu depoimento. Ao analisar as pobrezas urbana e rural, ele afirmou que "as luzes das cidades, e não os processos de formação de propriedades, como se supõe, é que atraem o grande contingente de homens do campo, principalmente para municípios menores".

Segundo Lessa, a deposição de seres nos espaços urbanos pela ausência de perspectiva no meio rural, a exclusão e a marginalidade pela falta de trabalho formam o que ele denomina de "miséria moderna". De natureza heterogênea, ela compreende 30% da população urbana do Brasil — 50 milhões de pessoas. "Essa miséria tende a criar cada vez mais 'nações' com suas constituições próprias, com 'Estados' dentro de seu corpo social, cuja marca essencial é a busca de regras que as façam sobreviver sobre a sociedade opulenta", afirma.

Lessa: campos de concentração brasileiros.

Na opinião dele, a distribuição de renda nessas "nações de miseráveis" é tão concentrada quanto a do Brasil como um todo. "A miséria só é homogênea pelo que lhe falta e se conhece muito pouco dessas 'micronações', que contestam os fundamentos do Estado." E questiona: "até que ponto a presença desse fenômeno bloqueia a construção de uma sociedade moderna? Dirão vocês, o Lessa está demasiadamente pessimista. Creio que não, pois a violência coloca em última instância a erosão do próprio Estado como tal", responde.

Até mesmo a formação de "exércitos particulares" em condomínios, ou seja, os vigias, é, segundo Lessa, uma manifestação de questionamento da sociedade à presença do Estado. Pela avaliação do cientista político a história da classe média neste século se tornou pano de fundo para novos processos violentos, criando obstáculos a movimentos democráticos subseqüentes. Por isso ele considera que "o vetor principal de suspensão do problema está numa política macrodinâmica que possua estrutura para aumentar a oferta de empregos".

A questão da pobreza e todas as suas implicações têm sido muito pouco discutidas no meio universitário, lamenta Lessa, que assim chama a atenção para a gravidade do assunto: "O Brasil possui campos de Auschwitz e Treblinka que estão exterminando a população". Já o outro debatedor desse tema, o argentino Victor Tokman, diretor do Programa Mundial de Emprego da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da Organização das Nações Unidas (ONU), com sede em Genebra (Suíça), apresentou uma visão menos alarmante. De acordo com Tokman, a ONU não elaborou projeto algum específico para a recuperação dos países latino-americanos para a virada do século, "pois isso depende de cada país". O que existe, até o momento, é o consenso de que é preciso haver um reajuste estrutural das economias para os próximos anos. Do contrário não existirá bonança no mundo, afirma Tokman. "Eu creio que viveremos melhor época e crescimento que nos anos 80 através de ajuste econômico. O problema dos países pobres e em desenvolvimento não pode ser resolvido com uma política a curto prazo, pois a política econômica mundial tem limitações. Minha previsão não é otimista, nem pessimista. Afinal, os países da Europa, da América do Norte e da Ásia têm um crescimento consecutivo, assim como os países socialistas", avalia.

Durante o seminário ele apresentou dados da OIT sobre as condições de vida na América Latina nesta década que impressionaram a platéia: o número de pobres cresceu de 33% (1980) para 39% (1985), o que significa uma população de 120 a 160 milhões de miseráveis. A taxa de desemprego nesse período passou de 7% para 11% e o crescimento de empregos informais (sem registro em carteira ou concessão de benefícios) aumentou de 24% (1980) para 29% (1987), diante de uma queda de 10% na oferta de empregos na indústria e de 15% nos salários. Quanto à participação dos salários na renda global latino-americana, regrediu de 40% para 34% nesses sete anos.

O economista Paulo Vieira da Cunha (UFRJ) concorda com Tokman e afirma que "o estoque da dívida social requer políticas claramente redistributivas que enfrentem o problema da pobreza na América Latina, bem como programas sociais explícitos". Na opinião do economista, as "nações marginalizadas" a que se refere Lessa, devem ser assumidas pelo Estado de forma eficaz, "o que é um grande desafio", complementa.

Para o outro debatedor, o economista Clóvis Cavalcante (Fundação Joaquim Nabuco, de Pernambuco), no entanto, existe no Brasil um mecanismo que faz com que não se possa ultrapassar o processo de pobreza, nivelando-a com certa heterogeneidade. "Isso temos constatado depois de observar a persistência da miséria nessa camada da população que pesquisamos", explica Cavalcante. Para esses especialistas, porém, freqüentemente as nações enfrentam barreiras aos seus planos de desenvolvimento e democracia, e que as impedem de superar a pobreza e a exclusão social de suas populações: altas taxas de juros impostas pelos bancos credores internacionais e os investimentos também elevados em áreas ou projetos não prioritários do ponto de vista social. **(C.P.)**

Reitor faz um balanço de 88

O ano passado foi reconhecidamente difícil para as universidades estaduais paulistas. Para vastos setores da opinião pública, professores e funcionários não fizeram outra coisa senão reivindicar salários. Recente levantamento das atividades da Unicamp em 1988 mostra, ao contrário, que o ano foi do mais produtivos. O reitor Paulo Renato Souza apresenta alguns números desse desempenho.

Jornal da Unicamp — No dia 19 de abril último o sr. iniciou seu quarto e último ano de mandato. Estes três anos corresponderam à sua expectativa?

Paulo Renato — Mais importante é saber se nestes três anos correspondi à expectativa da comunidade universitária. Só posso garantir que me esforcei para isso. Centrei o melhor de meu esforço na pesquisa e no ensino, já que a administração anterior havia privilegiado a execução de obras civis. Isso não quer dizer que tenhamos subestimado a expansão física do campus; ao contrário, construímos tanto quanto antes. Mas considero mais importante o fato de termos investido em pesquisa, só no biênio 1986-87, cerca de 45 milhões de dólares. A maior parte desse dinheiro foi aplicada no reequipamento de laboratórios já instalados ou na instalação e na compra de novos, como foi o caso do Centro Pluridisciplinar de Pesquisas Químicas, Biológicas e Agrícolas, adquirido junto à Monsanto. E no ano passado, quando as fontes de financiamento se retraíram um pouco, tanto as nacionais quanto as internacionais, investimos mais 15 milhões, de modo que só aí já são 60 milhões de dólares. Exceto no período inicial da Universidade, quando o governo do Estado investiu maciçamente na construção do campus, não creio que tantos recursos tenham entrado, quanto agora, para o ensino e a pesquisa.

JU — Esta é a cifra que o senhor espera ter investido até o final de seu mandato?

Paulo Renato — Não. Espero chegar a mais de 100 milhões de dólares até abril de 1990. Estão em curso no momento várias operações de crédito junto a organismos internacionais, das quais a mais volumosa é a do Eximbank, no valor de 28 milhões de dólares. Há também um contrato de US$ 6,3 milhões com a RDA, outro de US$ 4,4 milhões com o Barclays Bank de Londres, um terceiro de US$ 10 milhões com o governo espanhol, além de outros menores. São quase US$ 50 milhões. E não está descartado que, num futuro próximo, a Unicamp venha a receber os US$ 32 milhões solicitados junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento, no momento aguardando aprovação naquele organismo.

Obras civis terão crescido 55 mil m2 até abril de 89.

JU — O sr. acaba de apresentar ao Conselho Universitário um relatório, referente a 1988. Foi um ano difícil, marcado por uma greve de mais de dois meses. Qual o saldo desse período?

Paulo Renato — Em minha opinião, os dois meses de greve foram plenamente supridos pelo esforço suplementar de professores e funcionários. O ano terminou por ser muito produtivo, afinal. Senão, como explicar que tenham sido concluídas dez obras físicas de grande e médio porte, além da progressão de 33 outras que serão entregues este ano? Serão 50.000 m2 a mais, onde se destacam, sem dúvida, a nova Biblioteca Central e o conjunto da Engenharia Mecânica. Mas obras importantes como o Gastrocentro, o Hemocentro, a Pré-escola, o Centro de Engenharia Genética, a creche da FOP, a nova ala de internação do CAISM e o Laboratório de Óleos e Gorduras representam muito mais que simples edificações: são uma prova de que por trás dessas novas paredes se fazem ou se farão novas pesquisas e novas demandas de serviços. E isso não é tudo. Foi em 1988 que o programa de informatização interna ganhou impulso, destacando-se a aquisição do computador IBM 3090 — o único existente numa universidade latino-americana. Foi também no ano passado que o programa de moradia estudantil efetivamente decolou, e este ano esperamos entregar aos alunos 1.500 vagas. Dos cinco programas integrados de pesquisa que definimos, o de Biotecnologia obteve uma primeira e substancial soma de recursos, enquanto outros dois — o de Informática e o de Química Fina — concluíram suas formulações. O Fundo de Apoio à Pesquisa, que é administrado pela Reitoria, financiou 407 projetos durante o ano. E, a mais grata das surpresas, o número global de projetos de pesquisa em andamento na Universidade saltou de 2 mil para mais de 2.600, segundo levantamento feito recentemente. Além disso, quase 4 mil textos científicos foram produzidos no âmbito das unidades, cerca de 500 eventos realizados, 515 cursos de extensão oferecidos, produzidos perto de 180 livros e houve 2.414 participações de docentes em congressos, seminários e simpósios. Francamente, por mais que se queira demonstrar que a Unicamp esteve lenta em 1988, creio que essa é uma tarefa impossível.

Paulo Renato diante do conjunto em construção da Engenharia Mecânica e do Cepetro, uma das obras de maior porte tocadas em 88.

JU — Mas no plano institucional, por exemplo, há quem conteste até com veemência o recente processo que conferiu autonomia às universidades paulistas. Como presidente do Conselho de Reitores do Estado (Cruesp), o sr. também acha que as universidades entraram numa arapuca?

Paulo Renato — Não, não acho. O cerne da polêmica está num dos aspectos da autonomia, ou seja, o financeiro. O governo fixou em 8,4% o índice de participação das três universidades (Unicamp, USP e Unesp) no orçamento do Estado. Teme-se que essa taxa seja insuficiente ao longo do tempo. Todavia, a fixação desse percentual não quer dizer que eventuais suplementações não possam ser negociadas. Basta dizer que já no primeiro trimestre deste ano a taxa de participação das universidades andou por volta de 10,9%. A fixação do índice foi uma vitória porque representa uma base sólida a partir da qual se pode trabalhar com realismo. Difícil era operar com um pequeno orçamento inicial e depois passar o ano atrás de suplementações fragmentadas. É preciso não esquecer, além disso, que a reforma tributária definida na nova Constituição terá reflexos altamente positivos nas arrecadações estaduais a partir do segundo semestre. E crescendo a arrecadação, cresce a cota das universidades. Quanto aos demais aspectos da autonomia, creio que se pode dizer que, do ponto de vista institucional, as universidades são hoje muito mais donas do seu nariz.

JU — Voltando às prioridades de sua administração: a ênfase dada à pesquisa não trabalhou em prejuízo do ensino?

Paulo Renato — Veja, somos os primeiros a reconhecer que há problemas tanto na graduação quanto na pós, mas nada que seja irremediável. No confronto com outras universidades estamos muito bem — o déficit é em relação ao padrão que gostaríamos de alcançar. Mesmo assim, muita coisa foi feita. Criaram-se novos cursos, como o mestrado em farmacologia, mestrado e doutorado em pediatria, idem em saúde mental, ibidem em cirurgia. Aprovaram-se ainda os cursos de doutorado em engenharia química e mestrado e doutorado em parasitologia. Na graduação, deu-se início à licenciatura em matemática no período noturno, criou-se o curso de música popular, inédito no País, além do curso de filosofia, há tanto tempo esperado. Tanto na graduação quanto na pós, o valor dos auxílios financeiros para bolsas de pesquisas cresceu muito (na pós, por exemplo, cresceu 941%). O número de teses cresceu 14%. Na graduação, definiram-se as regras e os prazos para integralização dos cursos, visando estimular o desempenho acadêmico e a renovação das vagas. Transferiu-se uma unidade inteira para Campinas — a Faculdade de Engenharia de Limeira —, aproximando-a das demais engenharias. Investiram-se NCz$ 4 milhões em laboratórios de ensino. E, mais uma vez, a Unicamp realizou seu vestibular próprio com uma margem de acerto que não passou despercebida nem à comunidade interna nem à opinião pública. Impossível enumerar aqui tudo o mais que se fez em 88 na área do ensino.

JU — Do ponto de vista cultural e da prestação de serviços, o que o sr. tem a dizer?

Paulo Renato — Bem, esta é a face da universidade que mostra se ela tem um papel social ou não. Todo mundo sabe que a Unicamp sempre teve esse papel, ninguém bate a Unicamp nesse sentido. Veja na área da saúde: só o HC realizou no ano passado 580 mil exames, atendeu 301 mil consultas, internou 9.072 pacientes, realizou 5.778 cirurgias. Sabe lá o que é isso? E depois, esses serviços de atendimento foram modernizados, a maioria dos procedimentos informatizada. Lembra-se pouco o trabalho da Faculdade de Odontologia, mas veja os números: 45 mil procedimentos médicos no Centro Odontológico de Paulínia, 13.105 pacientes atendidos em Piracicaba. Mas não ficamos aí. Nossas relações com a indústria e com os municípios foram tremendamente incrementadas. Lembre-se que realizamos uma importante Feira de Tecnologia com uma versão em Campinas e outra no Rio, ambas visitadas por dezenas de milhares de pessoas; e houve também a Feira de Produtos e Serviços em São Paulo, à qual compareceram cerca de 300 prefeitos, além de uma multidão de cidadãos comuns. Que outra universidade fez isso? E no plano cultural e da discussão acadêmica, não custa lembrar que, tomando por base o ano de 1983, o número de eventos aqui realizados cresceu 80% em 1986, 133% em 1987 e 98% no ano passado. E desses eventos destaque-se a série de seminários "Brasil Século XXI", que constituiu, sem dúvida, o principal fórum de discussão prospectiva em todo o País no ano passado. Esse seminário recebeu da Associação Paulista de Críticos de Arte de São Paulo o prêmio do evento cultural mais importante de 1988.

Dados provam que ensino também foi prioridade.

JU — E para concluir: critica-se vez por outra sua administração por concentrar mais de 30% do orçamento da Universidade em mãos da Reitoria. Esse percentual não contradiz o anunciado processo de descentralização orçamentária?

Paulo Renato — Ao contrário. Basta ver os percentuais de participação da Reitoria no orçamento global nos últimos quatro anos para saber que a curva é absolutamente descendente. Em 1985 a Reitoria concentrava 64,12% das despesas; em 86 subiu para 74%, mas em 87 baixou para 51%. No ano passado desceu a 46% e este ano estará por volta de 30%. As críticas não são procedentes, absolutamente. E cabe assinalar que, na fixação desse orçamento, as unidades têm hoje um papel fundamental, nada é feito sem discussão. Onde está a centralização?

JU — E para o último ano de sua gestão, o que está programado?

Paulo Renato — Em linhas gerais, trata-se de dar continuidade aos programas que vêm sendo implantados. Entretanto eu destacaria alguns pontos importantes, por exemplo: na área das obras civis, pretendemos construir o restaurante dos professores, iniciar as obras de ampliação do Instituto de Química, da Faculdade de Engenharia Elétrica e as novas instalações do Centro de Computação. Na área de investimentos, levaremos a cabo a importação dos equipamentos correspondentes aos financiamentos aprovados. Além disso, com satisfação, anuncio a doação pelo Banespa de estações de trabalho CAD/CAN num valor aproximado de 7 milhões de dólares. No relacionamento externo destaco a celebração próxima de numerosos convênios com prefeituras para transferência de tecnologias sociais, a ampliação do convênio com a Petrobrás na área de geoengenharia e o aumento dos contatos com o setor produtivo. A nível interno concluiremos a reforma administrativa e o processo de informatização da Universidade. Finalmente, na área acadêmica, será dado continuidade ao esforço de avaliação da produção científica e à implementação dos cursos recém-criados tanto na graduação quanto na pós. (E.G.)

DE OUTROS CAMPI

Aqüicultura — A Universidade Estadual Paulista (Unesp) criou recentemente o Centro de Aqüicultura em seu campus de Jaboticabal, onde serão desenvolvidos cultivos e laboratórios de peixes, crustáceos (camarão gigante da Malásia) e anfíbios (rã-touro gigante). O Centro fará trabalhos de nutrição de peixes no campus de Botucatu e em Rio Claro serão instalados laboratórios de larvinicultura de camarões, viveiros e terráreos de jacarés. A nova unidade já promoveu um curso pioneiro de especialização: biotecnologia aplicada ao melhoramento genético dos peixes.

Aviação rural — Professores da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) estão organizando um clube de ultraleves na universidade que, futuramente, poderá se tornar o primeiro curso de pesquisas em aviação agrícola numa instituição de ensino superior. Para isso, já foi criado o Núcleo de Pesquisa e Treinamento, através do qual foi realizado em outubro último um curso experimental de aviação agrícola com a participação de docentes e alunos. O próximo curso acontecerá entre 15 e 27 de maio.

Comemorações — Como parte das comemorações pelos seus 20 anos de existência, a Universidade do Vale dos Sinos (Unisinos), do Rio Grande do Sul, realizou em abril a "1.ª Jornada de Nutrição da Universidade". O evento abordou a introdução para as técnicas de análise sensorial de alimentos, alimentos congelados, aditivos e controle de qualidade. Houve também uma exposição de produtos alimentícios no restaurante da universidade.

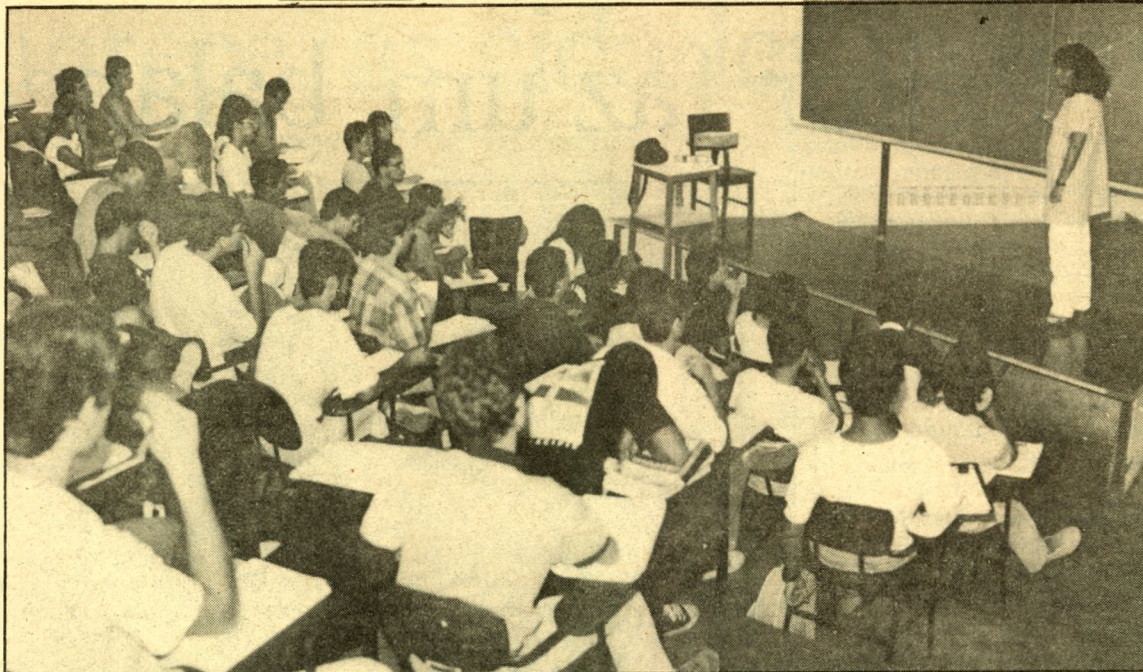
Medicina Legal — Aproveitando o espaço de um antigo estúdio de TV do Departamento de Comunicação da universidade, a Faculdade de Direito da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) pretende instalar ainda neste semestre seu gabinete de Medicina Legal. Dessa forma, será possível aos alunos de Direito examinar desde lesões causadas por violência ou acidentes, até reações químicas necessárias para a identificação de determinada droga.

Prêmio Esso — O Departamento Artístico Cultural da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e o Sindicato dos Jornalistas daquele Estado promoveram na universidade uma exposição das melhores fotos jornalísticas publicadas nas últimas quatro décadas e que receberam o Prêmio Esso de Jornalismo.

Informatização — Fundada em 1961, a Biblioteca Central da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) recebeu do Conselho Universitário NCz$ 330 mil para modernizar seu sistema. O primeiro passo é a informatização, que possibilitará a participação da UERJ no Projeto Calco, da Fundação Getúlio Vargas, através do qual a universidade entrará em rede com as demais instituições de ensino superior do país, passando a ter acesso a inúmeras informações. Também uma parte do orçamento para 1989 será aplicado em obras, compra de mobiliário e equipamentos.

Medo de dentista — Após pesquisar durante três anos a tensão nervosa que a grande maioria das pessoas manifesta ao procurar um dentista, o professor Guaracy Rosa, da Faculdade de Odontologia de Bauru, da Universidade de São Paulo (USP), chegou à conclusão de que esse tipo de stress reduz em 50% o tempo de duração da anestesia local aplicada para extração ou restauração de dentes. De acordo com Rosa, o paciente já entra tenso no consultório como quem se defende de uma agressão. Diante dos equipamentos, seja a cadeira ou os instrumentos e até o ruído do motor, o paciente entra nesse estado de defesa.

Voz infantil — Um trabalho diferente com crianças vem sendo desenvolvido pela professora Marisa Trench de Oliveira Fonterrada, do Departamento de Música do Instituto de Artes do Planalto (IAP), da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp). Trata-se de um projeto de pesquisa baseado no uso da voz infantil, como proposta de educação musical que tem como complemento prático a criação de coros infantis nos diversos "campi" da universidade. Ela afirma que esse tipo de educação permitirá às crianças discriminarem não só músicas, mas também ruídos ou sons da natureza, e a caracterizá-los como graves ou agudos, fortes ou fracos.

Museu do Café — Livros contendo registros dos vários períodos de cultivo do café, fotografias, documentos, máquinas e equipamentos da Fazenda Lageado — localizada a cinco quilômetros de Botucatu e onde está instalada a Faculdade de Ciências Agronômicas (FCA) da Unesp — fazem parte do acervo do "Museu Vivo do Café" da Universidade Estadual Paulista. Através dele, a instituição está conseguindo recuperar e preservar a história da Fazenda Lageado, um centenário latifúndio da áurea época de expansão do café no oeste paulista.

Professor e alunos de graduação: feridas expostas.

Graduação encara seus problemas

A Unicamp reconhece falhas e propõe um amplo debate para aperfeiçoar a área de graduação.

Estarão os cursos de graduação da Unicamp aptos a formar profissionais que respondam às necessidades da sociedade moderna? Como integrar disciplinas e áreas? Como avaliar o desempenho dos alunos e a qualidade de ensino aqui ministrado? Questões como estas permearão o debate que os professores da Universidade farão, de 30 de maio próximo a 1.° de junho. A iniciativa é da Pró-Reitoria de Graduação, sob a coordenação do pró-reitor Antonio Mário Sette.

O objetivo do "Seminário sobre ensino de graduação" é parte da reflexão que a Universidade vem fazendo para melhorar o ensino de graduação da instituição. No início da atual administração, a Pró-Reitoria de Graduação elaborou um diagnóstico sobre a área, onde várias falhas foram detectadas. Essas falhas, que variavam desde a inexistência ou precariedade de laboratórios de ensino, conteúdos e até aulas inadequadas, começam a ser sanadas. Entretanto, de acordo com Sette, muita coisa ainda precisa ser feita para colocar a graduação da Unicamp no mesmo status e prestígio da pós.

Além do diagnóstico que forneceu alguns indicadores dos problemas da graduação, a avaliação realizada pelo corpo discente (por iniciativa dos professores ou dos próprios alunos) de forma assistemática em cursos ou disciplinas, possibilitou que algumas feridas fossem expostas. Nessas avaliações, os alunos apontaram problemas de comunicação (por falha de dicção do professor ou pelo fato da aula ser monótona ou desinteressante), limitações ao livro-texto, professores tiranos, conteúdos insatisfatórios, entre outros. Mesmo que algumas avaliações possam ser equivocadas ou até mesmo insuficientes, na opinião de Sette elas são extremamente necessárias "porque o estudante é o usuário da Universidade. Além disso, sempre convergem para alguma direção", garantiu.

Avaliação para todos

A partir de junho deste ano, a avaliação do ensino de graduação será ampliada para todas as disciplinas dos 32 cursos. Isto significa dizer que o processo de avaliação será institucionalizado na Unicamp. A forma, no entanto, caberá a cada departamento ou unidade de maneira autônoma mas com base em parâmetros preestabelecidos. Esses parâmetros poderão surgir das discussões do "Seminário sobre ensino de graduação" e dos debates subseqüentes a serem realizados em cada setor, bem como das experiências em curso.

O objetivo da avaliação não é promover uma "caça às bruxas". Pelo contrário, o que se deseja, após uma análise do trabalho pela Pró-Reitoria de Graduação (que não se tornará pública), é atuar diretamente nas falhas visando à melhoria da qualidade dos cursos. O que se pretende, em última instância, é valorizar o ensino de graduação, pelo qual o desinteresse é grande. Isso porque é encarado como obrigação, já que o resultado de uma boa ou má aula não faz diferença alguma para o processo de promoção do docente, ao contrário das pesquisas e publicações.

Os cursos de graduação devem ser conduzidos como um projeto, onde as disciplinas tenham uma coerência interna que possibilite a formação global e técnica do aluno. Essa é a postura do pró-reitor Sette. E, como um projeto, deve ser auto-avaliado continuamente "mesmo porque, em determinadas áreas, sobretudo as tecnológicas, as mudanças se fazem com velocidade muito grande, daí a necessidade de avaliação periódica para correção de percurso".

Sette acredita que, se adotada a filosofia de projeto para os cursos de graduação, será possível conseguir verbas oficiais de órgãos de fomento para melhorar sua qualidade. Outra preocupação não menos importante que a Pró-Reitoria tem é quanto à carga horária dos cursos de graduação. Os currículos, geralmente, têm um número maior de horas-aulas que o exigido pelo currículo mínimo. "Os alunos passam praticamente o tempo todo em salas de aula. Quando as 'janelas' existem, são insuficientes para se reunirem e desenvolverem algum trabalho conjunto ou pesquisarem nas bibliotecas", explicou. A idéia para corrigir este problema é reavaliar os currículos e concentrar as cargas horárias.

Em nível técnico, onde o ensino depende do uso de laboratórios de ensino para a graduação, a Universidade vem investindo para sanar as dificuldades. Investimentos nesse sentido foram iniciados no segundo ano da administração atual. Este ano, nova verba orçamentária da Unicamp, no valor de NCz$ 1 milhão, foi destinada aos laboratórios de graduação. Do empréstimo de US$ 28 bilhões já obtidos do Eximbank, uma parte será destinada à mesma finalidade. A ampliação do espaço físico das salas de aula, que também se tornou um problema de solução urgente, será parcialmente sanada com o uso de um prédio de 1.200 m2, a partir do segundo semestre deste ano.

Avaliação em curso

Das unidades que já vêm implantando, por conta própria, processos de avaliação da qualidade de ensino, a Faculdade de Engenharia Elétrica é considerada um bom parâmetro pelo próprio pró- reitor de Graduação. Embora reconheça que é muito difícil saber objetivamente o que é um bom curso, uma boa aula ou um bom professor, o coordenador de graduação da FEE, Ivanil Sebastião Bonatti, do Departamento de Telemática da Faculdade, acha que a avaliação é sempre positiva, se respeitadas as especificidades de cada unidade e desde que tenham algum objetivo. A meta da FEE, de acordo com Bonatti, é realimentar os professores para a melhoria da qualidade de ensino.

A Faculdade de Engenharia Elétrica, como outras unidades, vem realizando avaliações de suas disciplinas há algum tempo. Entretanto, nos dois últimos anos, esse procedimento foi sistematizado pela Coordenadoria de Graduação da unidade. Embora não exista formalmente e funcione oficialmente como uma Comissão subordinada à Congregação, a Coordenadoria de Graduação da FEE vem atuando efetivamente em busca do aprimoramento de sua graduação. Essa Coordenação é formada pelos 11 docentes de todos os departamentos e por cinco alunos.

A avaliação realizada nos dois últimos anos pela FEE é fruto de um trabalho de maturação da Unidade com relação a essa problemática, tanto é que um questionário original de 40 itens — hoje considerado por Bonatti uma loucura — foi reduzido a sete. Com isso, a avaliação ganhou em objetividade, facilitando sua leitura pela Coordenação da Graduação. As questões discutem a didática do professor, o conteúdo da disciplina e o material de apoio, havendo ainda espaço para eventuais sugestões do aluno. A possibilidade de outro professor participar da avaliação do colega foi considerada como "um avanço" nesse processo. Ele considerou, no entanto, as resistências do corpo docente para sua implantação, pelo menos no momento.

Com a avaliação realizada pelos alunos, pelo menos na Faculdade de Engenharia Elétrica, alguns mitos que circulam pelo campus caíram. Um deles é o de que o professor-doutor não participa das aulas de graduação. Na Elétrica, em média, cada professor ministra três disciplinas por ano (entre graduação e pós). Além disso, as disciplinas não são subordinadas aos departamentos mas administradas pela Coordenação da Graduação ou Pós. Com isso, não existem "donos de disciplinas". A FEE realiza ainda um rodízio de professores por disciplina, para evitar a acomodação e possibilitar uma renovação permanente da matéria.

Na avaliação realizada no primeiro semestre de 1988, as notas atribuídas aos docentes da FEE variaram de 2,3 a 9,7, sendo que mais de 50% dos docentes ficaram com notas superiores a 7 e 2/3 acima de 7, num total de 70 professores. No segundo semestre do mesmo ano, a situação não foi muito diferente. Os dois docentes M.S.1 que existem na FEE tiraram notas que variavam de 8,8 a 9,2; os 17 M.S.2 de 2,9 a 9,9; os 24 professores M.S.3 de 4,2 a 9,2; os 15 M.S.4 de 4,5 a 8,7; os cinco M.S.5 de 4,4 a 8,3 e os seis M.S. 6 de 5,9 a 8,0. Dos 70 docentes que ministraram aulas nesse semestre, apenas cinco trabalham em regime de dedicação parcial. Todos os demais estão em dedicação integral. **(G.C.)**

VIDA UNIVERSITÁRIA

Prepara-se 1.º Encontro de Ex-Alunos

Com a inserção da Unicamp cada vez mais ampliada junto ao setor produtivo, no envolvimento com o setor público, na geração de tecnologias de interesse nacional e no setor de serviços, a Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários e o Escritório de Ex-Alunos da Unicamp (Exalcamp) promoverão em agosto um evento para o qual a participação dos ex-estudantes da Universidade será de fundamental importância. Trata-se do "Encontro de Ex-Alunos", que acontecerá nos salões I e III do Centro de Convenções da Unicamp. Segundo o reitor Paulo Renato Souza, "este encontro e o resultado de uma permanente preocupação da Universidade com o desempenho de seus ex-alunos, com a eficiência de seus métodos de ensino e com a adequação de seus currículos às inúmeras carreiras que oferecemos". Alguns dos temas que serão enfocados durante o encontro são a experiência profissional após o término da Universidade, a interação Unicamp-empresa, o papel da Unicamp no cenário brasileiro, o ex-aluno e a extensão universitária e perspectiva do Exalcamp. Maiores informações sobre o evento pelo telefone (0192) 39-1301, ramal 3140.

EM DIA

Educação para a Saúde — A Assessoria de Extensão Universitária e Projetos Especiais da Faculdade de Ciências Médicas (FCM) da Unicamp criou recentemente o Programa "Educação para Saúde", a fim de esclarecer a comunidade universitária sobre doenças, tóxicos e outros problemas que afetam a saúde. O primeiro assunto será Aids, e para isso no dia 13 de abril o Departamento de Obras Sociais da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) assinou convênio com a Universidade para o repasse de NCz$ 13,8 mil destinados a subsidiar aulas, palestras, folhetos, faixas e cartazes a serem usados para orientar a comunidade sobre os riscos e a transmissão da doença. Paralelamente ao Programa "Educação para a Saúde" a FCM mantém o projeto "SOS Aids", pelo qual são dadas informações da doença pelo telefone (0192) 39-1301, ramal 3355.

Elétrica recebe doação — A Faculdade de Engenharia (FEE) da Unicamp, recebeu por doação da Maxitec S.A., um controlador programável. A solenidade, que contou com a presença do diretor da FEE, Hermano de Medeiros Ferreira Tavares e de diretores da Maxitec, ocorreu no dia 19 de abril. O aparelho, de US$ 3 mil, substituí os quadros de relês, podendo por sua qualidade modular ser ampliado no dia-a-dia. Na FEE o controlador programado será usado no curso de graduação, especificamente em automação industrial, onde os alunos conhecem diversos tipos de equipamentos.

ENCONTROS

Planejamento Energético — Numa promoção conjunta da Unicamp, Ministério das Minas e Energia e Sociedade Brasileira de Planejamento Energético, será realizado no período de 8 a 12 de maio, nos salões I, II e III do Centro de Convenções da Unicamp, o I Congresso Brasileiro de Planejamento Energético. O horário será das 8h45 às 19 horas. Mais de dez instituições públicas de pesquisa estão apoiando o evento, coordenado pelo professor Sérgio Bajay, da Faculdade de Engenharia de Campinas (FEC) da Unicamp. De acordo com ele, o evento constará de palestras seguidas de debates enfocando energia e desenvolvimento, a questão institucional, energia e meio ambiente, a interação entre os planejamentos energéticos nacional e regional e ainda os instrumentos de política energética (preços, investimentos e tecnologia). Como parte do congresso também haverá a apresentação de treze trabalhos técnicos. Segundo o coordenador do evento, o objetivo é reunir especialistas de empresas, órgãos públicos e o meio acadêmico para traçar um diagnóstico do sistema energético do país e possíveis soluções. Informações pelos ramais 3362 e 2460.

Mesa-redonda — O Instituto de Geociências (IG) da Unicamp realizará no dia 19 de maio uma mesa-redonda sobre "Padrões Tecnológicos e Formas de Uso do Trabalho", das 10 às 13 horas, no salão II do Centro de Convenções da Universidade. Participarão os professores Juarez Brandão Lopes (Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp) como coordenador da mesa e os professores Hubert Schimitz (Instituto de Desenvolvimento da Ciência, da Inglaterra) e Raphael Kaplinsky (Universidade de Sussex, Inglaterra), como palestrantes. O evento está sob a coordenação da professora Maria Conceição da Costa, do IG, e maiores informações podem ser obtidas pelo telefone (0192) 39-1301, ramal 3301.

Presidenciáveis — Numa iniciativa do Centro Acadêmico de Economia (Caeco) do Instituto de Economia (IE), os candidatos à Presidência da República estão sendo convidados a participar na Unicamp da "Série Sucessão 89". No dia 24 de maio, o senador Roberto Freire (PCB) estará no Centro de Convenções da Universidade apresentando seu programa de governo através de uma palestra, às 14 horas, no salão I, do Centro de Convenções. Após a palestra haverá um debate. Para os próximos meses o Caeco já está mantendo contatos para a vinda de Mário Covas (PSDB), Guilherme Afif Domingues (PL), Leonel Brizola (PDT) e Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Aprendizagem — A disciplina de Neuropediatria, do Departamento de Neurologia da Faculdade de Ciências Médicas (FCM) da Unicamp, promoverá no período de 29 a 31 de maio o "II Seminário sobre Distúrbios e Dificuldade de Aprendizagem". O evento acontecerá das 19 às 22 horas, nos salões II e III do Centro de Convenções da Universidade. A coordenação é da professora Ana Maria Piovezana. Maiores informações podem ser obtidas pelo telefone (0192) 30-1301, ramal 2990.

CNPq confere prêmio "José Reis" à Unicamp

O prêmio "José Reis" de Divulgação Científica de 88 — modalidade Instituição — foi concedido à Unicamp, pela organização de sua Feira de Tecnologia, promovida em agosto do ano passado no campus da Universidade e junto à Feira de Informática realizada no Riocentro, no Rio de Janeiro. A escolha dos premiados foi feita na sede do CNPq no último dia 16 de março, em cerimônia presidida por Júlio Abramczyk, da USP.

Em sete dias de exposição, a feira recebeu a visita de aproximadamente 70 mil pessoas, ocasião em que foram assinados pelo menos 60 protocolos de intenção para transferência e desenvolvimento de tecnologia. Além disso, a Unicamp foi convidada pela Union Latine (UL), que congrega 23 países de língua latina, para integrar uma exposição itinerante por cinco países da Europa — França, Itália, Luxemburgo, Espanha e Portugal — e mostrar a tecnologia produzida ao longo de seus 22 anos de existência. A feira expôs mais de 200 produtos e processos, e a previsão é que devam ser expostos cerca de 500 produtos em uma segunda edição.

Os premiados

O prêmio "José Reis", instituído há dez anos, é uma homenagem ao biólogo José Reis, considerado o precursor do jornalismo científico no Brasil. Hoje, aos 80 anos de idade, J. Reis, como assina seus artigos no jornal Folha de S. Paulo, ainda desenvolve pesquisas na área de microbiologia e oritopatologia.

Aberto à participação de jornalistas e pesquisadores, o prêmio é uma iniciativa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e tem como objetivo principal estimular a divulgação da ciência e da tecnologia em seus diversos níveis. O primeiro prêmio "José Reis" foi concedido a Ronaldo Rogério de Freitas Mourão, ex-diretor do Observatório Astronômico do Rio de Janeiro. O primeiro jornalista a ser agraciado com o prêmio José Reis de Divulgação Científica foi Silvio Raimundo, editor da revista "Visão" e a primeira instituição coube à revista "Ciência Hoje".

Nessa versão de 88, na modalidade jornalismo científico, a escolhida foi a jornalista Conceição Lemes, pela série de reportagens publicadas na revista "Saúde". Vencedora do Prêmio Abril em 1984, 1985 e 1986, Conceição recebeu ainda os prêmios Interclínicas e Esso de Jornalismo, ambos em 1986. Ainda no âmbito do jornalismo científico, a jornalista Marina Pires do Rio Caldeira foi agraciada com Menção Honrosa, pela série de sete reportagens publicadas pela Folha de S. Paulo. Marina Caldeira é mestra em fisiologia pelo Instituto de Ciências Biomédicas da USP.

Na categoria Divulgação Científica o prêmio coube a Roberto Muylaert Tinoco, responsável pelo projeto Caraguá de livros paradidáticos sobre ecologia. Ao todo estão previstos 28 volumes, dos quais oito já publicados. Em 1988, Muylaert recebeu o Prêmio Abril de Jornalismo e a Menção Honrosa do Prêmio Jabuti. **(A.R.F.)**

O passeio da câmera

O jardineiro faz uma pausa para contemplar seu trabalho. A simetria da grama amontoada tem sua beleza.

TESES

Tese de Mestrado em Lingüística (IEL) *— (In absentia). Candidata: Maria Isaura Baleeiro. Orientador: Ataliba Teixeira de Castilho. Título da Tese: "O Futuro do Presente do Português Culto Falado em São Paulo". 05/04.*

Tese de Mestrado em Eletrônica e Comunicações (FEE) *— Candidato: Frank Hermam Behrens. Orientador: Wilmar Bueno de Moraes. Título da Tese: "Modelamento, Projeto e Caracterização de Transistores Verticais DMOS de Potência e Estruturas de Alta Tensão Compatíveis com a Tecnologia CMOS." 05/04.*

Tese de Mestrado em Desenvolvimento de Processos (FEC) *— Candidata: Rose Marry de Araújo Godin. Orientador: Edison Bittencourt. Título da Tese: "Relacionamento entre Micro-Estrutura e Propriedades de Variedades de Fibras de Algodão Cultivadas no Brasil." 05/04.*

Tese de Mestrado em Automação *— Candidato: Celso Cavelucci. Orientador: Prof. Dr. Christiano Lyra Filho. Título da Tese: "Sistema Especialista em Manobras de Redes de Distribuição de Energia Elétrica." 14/04.*

Tese de Mestrado em Ecologia *— Candidato: Walter Barrela. Orientador: Prof. Dr. Miguel Petrere Jr. Título da tese: "Estrutura da Comunidade de Peixes da Bacia do Rio Jacaré-Pepira (SP) em diferentes biótopos". 20/04.*

LIVROS

"Análise comparativa das atividades da lactatodesidrogenase e da creatinafosfoquinase no soro e na saliva de indivíduos treinados e não treinados" — de Idico Luiz Pellegrinotti. A obra pretende colaborar com as investigações da bioquímica no sentido de conhecer as possíveis variações do comportamento enzimático em indivíduos bem-condicionados fisicamente ou não, quando submetidos ao esforço físico. O pesquisador já publicou em revistas e apresentou em congressos trabalhos sobre análise das capacidades físicas de alunos da Unicamp. Suas pesquisas têm como objetivo atender às áreas de saúde, educação e treinamento desportivo. Editora da Unicamp, série Teses.

"Alguns aspectos da teoria da poesia concreta" — de Paulo Franchetti. Como referência obrigatória de qualquer reflexão séria sobre a produção e a crítica da literatura brasileira nos últimos 30 anos, a poesia concreta é o objeto de um estudo rigoroso do autor. Franchetti busca estabelecer as linhas gerais da articulação da poesia concreta enquanto projeto de produção poética. Além disso, ele a situa na obra no quadro mais amplo das transformações por que passou a cultura brasileira nas décadas de 40 a 60. O autor é professor do Departamento de Teoria Literária do Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) da Unicamp. Editora da Unicamp.

"As vozes prementes" — de Manoel Luiz Gonçalves Corrêa. Para seu estudo, o autor adotou a metodologia da análise do discurso — que observa a contextualização da linguagem na produção de efeitos de sentido. Como o texto enquanto unidade significativa resulta da articulação de cada marca lingüística com as outras e com o todo, o autor analisa duas formas lingüísticas: Os Testemunhos dos Fiéis e o Sermão do Ancião, ambas marcas do discurso religioso da Congregação Cristã no Brasil. Editora da Unicamp.

"O discurso didático próprio dos cursos supletivos" — de Maria Augusta Bastos de Mattos. Em seu trabalho ela procura mostrar especificidades de cursos supletivos revelados pela linguagem de seus alunos e professores. Os alunos apresentam um discurso em que aparece a descrença pelo ensino. Quanto aos professores, esses lidam com as características desses cursos para produzir um discurso que exiba a idade mínima exigida dos alunos. O fato de os estudantes serem trabalhadores e dedicarem pouco tempo para as aulas também é analisado. Em sua obra a autora mostra, então, porque o discurso supletivo é o discurso da falta. Editora da Unicamp.

O discurso da pobreza

Pesquisa mostra que a Igreja usa a pobreza como principal argumento de sua retórica.

Na época colonial, os padres eram intérpretes na relação dos índios com a colonização, representada pelo povoamento, pela tomada da terra e pelo governo. Ao mesmo tempo em que "salvavam" a alma do índio, geriam as formas de contato dos indígenas com a civilização ocidental. O índio era só um argumento na retórica colonial, que servia a padres e a governantes, às vezes do mesmo lado e às vezes em confronto. Hoje, mantidas as formas gerais da sociedade, mas transformadas as realidades social e política, não só os índios mas principalmente a pobreza é que é o argumento. A pobreza é utilizada hoje para se falar de tudo (terras, educação, prefeitos, etc.), e representa um dos instrumentos necessários ao confronto de forças e de sentido. E é em relação a termos como esse que a distinção entre progressistas e conservadores opera com força no interior da Igreja e faz parte do funcionamento dessa instituição e de seu discurso de hoje.

A constatação é da professora de Análise do Discurso Eni Pulcinelli Orlandi, do Departamento de Lingüística do Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) da Unicamp. Ela desenvolve há cinco anos um profundo trabalho analítico do discurso religoso ao longo da história brasileira, a partir de relatos de missionários nos séculos 16, 17 e 18, e que integra um projeto mais amplo na sua área: "Discurso, Significação, Brasilidade", que procura analisar os textos considerados como documentos através de uma abordagem critico-discursiva.

Para ela, o que marca fundamentalmente o discurso da Igreja é que ele funciona a partir de uma dissimetria básica entre o plano espiritual (Deus) e o plano temporal (homens). "Em última instância, é a essa dissimetria que a instituição recorre para situar as suas falas. Mesmo quando dirigido para o plano temporal, o outro plano, o espiritual, sustenta o processo de significação", argumenta a pesquisadora. "Para entender isso, basta observar os sentidos produzidos por uma mesma palavra, povo ou justiça social. Por exemplo, têm um efeito de sentido diferente se é a um padre ou a um partido político que nós nos referimos".

Catequese

Eni argumenta que as palavras não têm o sentido que se quer dar mas o sentido que efetivamente tomam num determinado contexto. No âmbito político, mais do que em qualquer contexto, a intenção de quem fala tem muito pouco a ver com o que significa realmente. Por outro lado, ela observa que os discursos funcionam de maneira heterogênea, ou seja, o discurso traz em si a sua relação com vários outros que contribuem igualmente para os seus efeitos de sentido.

Nos relatos estudados pela professora, o discurso religioso aparece articulado ao da produção de conhecimento — "é a apreensão e a divulgação do Novo Mundo e de seus habitantes, os índios" — e ao discurso político. "O discurso religioso, nessa conjuntura, produz sentidos enquanto discurso catequético, com o objetivo de amansar o índio. Ao mesmo tempo, articula-se ao científico para amansar a alma do índio enquanto conceito e ao político para governar, isto é, amansar o indígena como corpo."

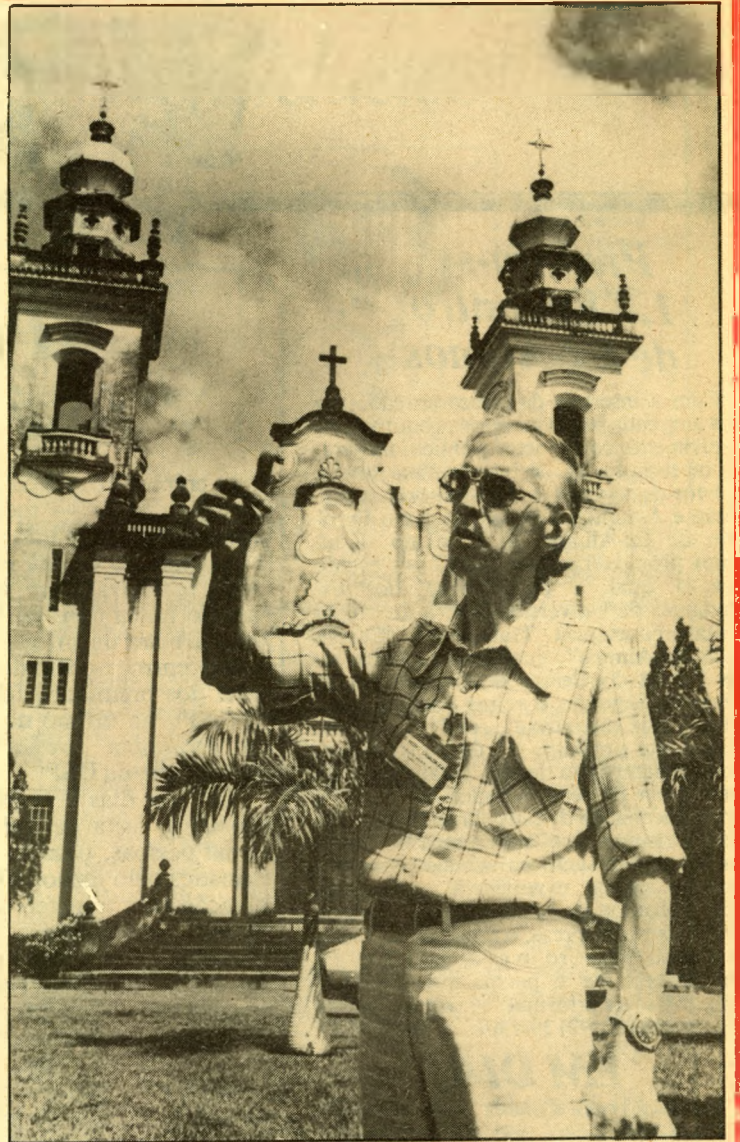
Ela observa que, no colonialismo, se distinguiam diferentes ordens como os capuchinhos, considerados mais brandos, e os jesuítas, que eram mais duros. E mesmo entre estes havia os pacíficos e os guerreiros. "Nem por isso eles deixavam de fazer parte crucial da colonização. Ao contrário, todos acreditavam piamente na necessidade de catequese e do estabelecimento de um governo entre os índios. Os que reivindicavam, isso sim, é que eles, padres, tivessem voz, ou seja, o poder na administração dos conflitos da época. Sempre se colocaram como mediadores, ou seja, como intérpretes na relação dos índios".

De acordo com a especialista da Unicamp, a Igreja, no contexto geral da sociedade, nunca teve (e não tem) neutralidade. A instituição fala e age de um lugar determinado pelas relações de força e de poder que constituem qualquer formação social, e toda ação que empreende tem conseqüências políticas. "O que aparentemente pode representar neutralidade é justamente a identificação com a ordem dominante. Porém, não é só hoje que essa estreita convivência exibe fissuras, distinguindo em seu interior os chamados conservadores e os progressistas. Isto, entretanto, faz parte de seu funcionamento ao longo de toda a história."

Assim, prossegue Eni, em relação a uma fala de um padre que represente a chamada Igreja Progressista, o que se pode dizer é que, enquanto sacerdote, ele fala como representante da Igreja, e isso faz parte do sentido do que ele diz. "Além de não falar a partir de seu lugar pessoal ou de um partido, ele fala em nome do povo oprimido e para a sociedade como um todo. Fala do pobre mas para a sociedade. É isso que caracteriza seu discurso, ou seja, esses três pontos que definem a sua posição de mediador, de intérprete".

Poder

Por outro lado, continua Eni, embora fale através de seus representantes, a Igreja pode não se identificar com eles. Por isso, a instituição tem conservadores e progressistas, identificando-se com uns ou outros conforme o jogo interno de forças na sua correlação com as relações de poder geral. "Ouço um discurso incendiário feito por um padre progressista com ceticismo e com reservas. Mas como será que reage a sociedade, já que esta é o destinatário?"

Segundo ela, aí é que se pode identificar a negociação do lugar de poder. Na Colonização, como hoje, esclarece a professora, a Igreja procura construir seu lugar de autoridade nos confrontos. Lugar do qual pode falar com peso, com sua especialidade, para que sua voz tenha força e autoridade para também ser ouvida pela sociedade como um todo. "Mas como ela está sendo ouvida hoje?", indaga. "Certamente no interior das relações de força que hoje, como no século 17, definem quem tem (e quem não tem) direito ao que, como e onde. Este "ao que", segundo Eni, foi e continua a ser, principalmente no Brasil, a terra e sua propriedade, "que na fala dos padres, dependendo da distinção interna, pode ser ou não pecado mortal, e que encontra um velho e temível opositor pela frente: os sempre já proprietários de tudo". **(P.C.N.)**

D. Pedro defende um Evangelho livre da influência ocidental e comprometido com a América Latina.

Eni: "Na colonização, como hoje, a Igreja procura construir seu lugar de autoridade nos confrontos".

O evangelho da ruptura

O bispo da prelazia de São Félix do Araguaia (MT), dom Pedro Casaldáliga, é um dos principais expoentes da chamada Igreja Progressista brasileira. Aos 61 anos, este espanhol originário de uma família simples da Cataluña freqüentemente desafia seus superiores ao defender idéias polêmicas, como a participação político-partidária da Igreja. Nesta entrevista, ele fala sobre seu relacionamento com Roma, e afirma que o discurso progressista pretende, entre outros objetivos, promover uma ruptura com a histórica ocidentalização da Igreja.

Jornal da Unicamp - As advertências que Roma tem feito a alguns padres brasileiros, o sr. entre eles, são em última análise uma tentativa de estabelecer limites para o seu diálogo com o povo. Em sua opinião, esses limites não são aceitáveis?

D. Pedro Casaldáliga - *Eu não sei se são uma tentativa de estabelecer limites. Penso que sejam uma atitude eclesiástica, da qual em certas medidas eu discordo. O etnocentrismo europeu-ocidental caracterizou muito a legislação, a mitologia e o linguajar simbólico da própria Igreja, mas o Terceiro Mundo e mais concretamente a América Latina reivindicam maior presença do próprio Evangelho e da Igreja em outros mundos, em diferentes continentes, nas culturas diversificadas, e também muito explicitamente nos processos sócio-políticos. Nós então assumimos a América Latina como ela é, ameríndia, afro, um continente da morte mas em processo de libertação, de independência, e talvez seja essa opção que faz com que alguns de nossos irmãos se sintam incomodados.*

JU - É característica de toda instituição manter seu discurso institucional e exigir inclusive que seus membros o incorporem. No que diz respeito à Igreja, como considerar a questão: é o discurso institucional que está errado? Ou a idéia de que deva haver um discurso institucional oficial? Quando há um afastamento do discurso institucional da Igreja, esse afastamento é só renovação da linguagem ou ruptura?

D. Pedro Casaldáliga - *Toda instituição necessariamente deve ter o seu discurso oficial e institucional. De outro modo, a instituição não teria condições de sobreviver. O problema não é que exista a estrutura institucional com seu discurso oficial característico. O problema é quando a instituição — no caso concreto da Igreja — se sobrepõe ao espírito, ao carisma, que é o único poder democrático aceitável, e muito mais porque se trata de um poder eclesial, evangélico, indispensável para que a instituição sobreviva como tal. Agora, ao longo da história e a partir de suas próprias origens culturais, pelo seu casamento com o império por décadas e até séculos muito teocráticos, muito eclesiásticos, a Igreja foi se tornando ocidental sobretudo, e até européia, judaica, romana ou grega. Assim, quando os latino-americanos, os africanos ou os asiáticos reclamam essa encarnação maior do Evangelho, é evidente que estão pedindo não uma ruptura com a fé ou com a comunidade eclesial, mas talvez com as tradições culturais relativas.*

JU - Parece haver uma diferença clara entre Roma e os progressistas quanto aos limites pastorais da Igreja. O próprio documento de Puebla, que é tido como progressista, define esses limites. Em sua opinião, a Igreja do Brasil deve continuar influindo e orientando politicamente a população, mesmo que essa orientação não raro se cruze com programas partidários específicos?

D. Pedro Casaldáliga — A Igreja do Brasil, a Igreja da América Latina, se quer ser fiel ao Evangelho deve ouvir e ver os sinais dos tempos e dos lugares a cada segundo. A Igreja aqui e em qualquer lugar do mundo, em qualquer circunstância, deve se comprometer com os processos históricos, culturais, econômicos, sociais e políticos. O partidário é uma concretização do político. Agora, a política não é evidentemente só um partido. Porém normalmente se exercita através do partido. Nesse sentido, é lógico que a Igreja entre também no partido real, não reduzindo a política a um partido e menos ainda reduzindo um partido à Igreja. Para mim, quem não quer entrar na política está traindo sua condição humana, de ser social, está traindo também a sua fé evangélica. É só olhar o contraste, o tipo de políticos que normalmente vemos por aí — corruptos, incapazes, vendidos ou comprados — para que sonhemos com outros políticos. E chegou o momento concreto do cristão escolher um partido à luz de sua fé.

JU— O discurso progressista vem sendo também interpelado no nível teórico ou, digamos, dogmático. Refiro-me à Teologia da Libertação. Uma vez que Roma não patrocina essas novas idéias, como é possível conviver com elas e com a instituição ao mesmo tempo?

D. Pedro Casaldáliga — *Bem, em primeiro lugar é bom lembrar que de fato a Teoria da Libertação é a sistematização da própria fé: é universal e cristã. Eu inclusive digo sempre que a Teoria da Libertação nasceu mais dos pés caminhantes do povo do que das cabeças pensantes dos teólogos. Os teólogos olharam, sentiram, se aproximaram e a partir de sua própria fé e do seu arsenal teórico sistematizaram a Teoria da Libertação. A libertação é bíblica. A Bíblia mostra a libertação do povo de Israel pelo seu Deus, Javé, e narra que o próprio Cristo, quando se apresenta em seu primeiro comício evangelizador, anuncia a boa notícia aos pobres e a libertação dos cativos. E Paulo nos diz na carta aos Gálatas que nos mantenhamos na liberdade em que Cristo nos libertou. Eu sei o que os conservadores dirão: "Mas vocês falam de uma liberdade só". Isso é falso. Nós falamos e queremos falar sempre da plena e total liberdade. Assim como eu sou contra a liberdade dos liberais, que é só liberdade para uns poucos, também seria contra uma liberdade redutiva que pensasse apenas no material ou no temporal.* **(P.C.N.)**